

História Geral 2

História Moderna

Pré-Vestibular
Teoria e Exercícios Propostos



Capítulo 01. O Renascimento Cultural

1. Fatores Desencadeadores do Renascimento	7
2. Etapas do Renascimento	8
2.1. Trecentismo – Século XIV	8
2.2. Quatrocentismo – Século XV	8
2.3. Quinhentismo – Século XVI	9
3. A Difusão do Renascimento Cultural	10
4. O Renascimento na Música e na Ciência	11

Capítulo 02. A América Pré-Colombiana

1. Os Maias	13
2. Os Astecas	14
3. Os Incas	15

Capítulo 03. A Expansão Marítimo-Comercial Européia

1. Portugal Sai na Frente	18
2. A Expansão Espanhola e o Tratado de Tordesilhas	18
3. A Expansão Inglesa	19
4. A Expansão Francesa	19
5. A Expansão Holandesa	20
6. As Conseqüências da Expansão Marítima	20

Capítulo 04. A Reforma Religiosa

1. A Conjuntura e os Fatores da Reforma	22
2. A Reforma Luterana	23
3. A Reforma Calvinista	24
4. A Reforma Anglicana	25
5. A Contra-Reforma (Reforma Católica)	26

Capítulo 05. Absolutismo e Iluminismo

1. Mercantilismo: a Política Econômica do Absolutismo	28
2. Os Teóricos do Absolutismo	29
3. O Absolutismo na Inglaterra	29
3.1. A Dinastia Tudor	29
3.2. A Dinastia Stuart	30
3.3. A República Puritana de Cromwell	31
3.4. A Restauração Stuart e a Revolução Gloriosa	31
4. O Absolutismo Francês	32
5. Iluminismo e Despotismo “Esclarecido”	34

Capítulo 06. Independência dos Estados Unidos

1. Os Fatores da Independência	38
2. A Guerra da Independência	39
3. O Surgimento dos Estados Unidos da América	40

Índice.história geral 2

Capítulo 07. Revolução Industrial

1. Fatores	41
2. A Evolução Técnica	42
3. A Difusão da Industrialização	43
4. Conseqüências.....	43

Exercícios Propostos	45
-----------------------------------	-----------



Capítulo 01. O Renascimento Cultural

O conjunto de transformações socioeconômicas que tiveram início na Baixa Idade Média (séculos XI/XV) e seu momento maior com a Revolução Comercial do início dos tempos modernos, promoveu sensíveis mudanças no seio na sociedade, em especial no plano cultural e da mentalidade. Tendo forte ligação com a expansão das atividades comerciais, com a reforma religiosa e com a formação dos estados nacionais de caráter absolutista, as transformações culturais ocorridas entre os séculos XIV e XVI estiveram articuladas com a consolidação do capitalismo comercial e passaram para a História como um movimento denominado Renascimento Cultural.

Movimento cultural marcante nos primórdios da Idade Moderna, o Renascimento Cultural teve destacado caráter burguês, laico, racional, científico e essencialmente antifeudal. Contudo, apesar de seu questionamento dos valores católicos, promoveu o sincretismo dos antigos e novos valores sociais, revelando o ambiente de transição no qual floresceu. Inspirando-se na cultura clássica, ou greco-romana, o Renascimento pode ser entendido como um conjunto de manifestações artísticas, filosóficas e científicas intimamente ligadas ao novo homem urbano e burguês.

Em sintonia com as mudanças da época, o Renascimento foi uma verdadeira revolução da cultura e da mentalidade; apoiado no anticlericalismo e no antiescolasticismo, elevou a cultura laica e o humanismo ao centro das atenções na modernidade.

Na essência renascentista, o antropocentrismo e o humanismo representam a busca da superação das culturas eminentemente religiosas e teocêntricas que marcaram a Idade Média. Nas manifestações renascentistas, o otimismo, o individualismo, o naturalismo e o hedonismo passaram a caracterizar o comportamento e a produção do novo homem.

1. Fatores Desencadeadores do Renascimento

Resultado das transformações econômicas ocorridas ao longo da Baixa Idade Média, interligadas ao processo de urbanização e ascensão da burguesia, o Renascimento surgiu como a tradução artístico-literária desse amplo momento de transição. Essa nova mentalidade floresceu atrelada ao desenvolvimento comercial e às novas aspirações da sociedade urbana em emergência. Nas suas origens, o Renascimento encontrou um meio propício ao seu desenvolvimento nas cidades italianas, que já experimentavam os efeitos mais gerais do Renascimento comercial-urbano.

Com a reabertura do Mediterrâneo, ocorrida na época das Cruzadas, as cidades italianas de Gênova, Veneza, Florença, Roma e Milão passaram a ocupar o papel de grandes centros de desenvolvimento mercantil, o que contribuiu sobremaneira para a gênese do movimento renascentista na península Itálica. Com isso, surgiram nas cidades ricas da Itália os abastados patrocinadores das artes e das ciências, chamados de mecenas, que buscavam na arte *status* ou promoção social. Dentre esses protetores da cultura, podemos destacar os Médicis, em Florença (Lourenço, o magnífico), e os Sforzas, em Milão.

Podemos salientar a viva presença da cultura clássica entre os italianos, do que resultaram diversos monumentos e ruínas, o que influenciou sobremaneira os herdeiros do Império Romano. Foi também para a península Itálica que os sábios bizantinos, pensadores de tradição clássica grega, fugiram do declínio do Império Bizantino e das fortes pressões dos turcos otomanos que culminariam na tomada de Constantinopla (1453).

Por fim, há que ressaltar ainda as influências dos povos árabes, que mantinham contatos comerciais com os portos italianos e um enorme acervo de valores da Antigüidade Clássica, adquiridos ao longo de séculos de contatos no oriente e ocidente europeus.

2. Etapas do Renascimento

Já no século XIV, podemos encontrar obras de teor renascentista, mas ainda muito influenciadas por aspectos medievais. Assim foram as obras de Dante, Boccaccio e Petrarca. O período máximo da produção renascentista situa-se entre 1450 e 1550. Na Europa, o Renascimento Cultural atingiu o seu apogeu especialmente no século XVI.

O Renascimento italiano, por sua vez, se impôs com sua primazia a partir do século XIV, estendendo-se até o século XVI. Ao periodizarmos seus momentos principais, chamamos de Trecentismo ou, em italiano, *Trecento* (1300) o período do século XIV, Quatrocentismo ou *Quattrocento* (1400) o do século XV e Quinhentismo ou *Cinquecento* (1500) o período mais criativo.

2.1. Trecentismo – Século XIV

No plano artístico, o principal expoente foi Giotto (1266-1337), que promoveu uma ruptura com a pintura tradicional medieval e seu imobilismo, marcado pela posição rígida que determinava a importância dos personagens pintados (influência da hierarquia celestial – religiosa). Giotto fez do humano e da vida cotidiana a inspiração maior de suas pinturas, dando aos seus personagens traços de individualidade e humanismo como, por exemplo, em *São Francisco pregando aos pássaros* e *Lamento ante Cristo morto*.

No campo da literatura, o período foi marcado pela utilização do dialeto toscano (base da língua italiana), porém ainda impregnado de fortes influências medievais. Nesse momento, dois autores tiveram grande destaque: Petrarca (1304 -1374) e Giovanni Boccaccio (1313 -1375).

Petrarca é considerado o "pai do Humanismo e da literatura italiana". Em sua obra épica *De África*, realçou com marcantes traços dos clássicos greco-romanos o que seria posteriormente um lugar-comum na literatura renascentista. Contudo, em outras obras, como nos poemas *Odes* e *Sonetos para Laura*, denota-se um caráter ainda pré-renascentista, na medida em que existem nos versos a forte religiosidade cristã medieval e o trovadorismo do cancionero medieval. Giovanni Boccaccio é o autor de *Fiammetta*, *Filistrato* e *Decameron*, conjunto de contos que ressaltam sentimentos humanos como egoísmo e erotismo, e o anticlericalismo, numa demonstração explícita de abandono dos ideais teocêntricos medievais.

2.2. Quatrocentismo – Século XV

A inspiração da cultura clássica fez ressurgirem, nas letras desse período, as línguas grega e latina e o paganismo (mitologia). Em Florença foi organizada a Escola Filosófica Neoplatônica, com a proteção do mecenas Lourenço de Médici. Na pintura, tiveram grande importância os artistas de Florença, que impulsionaram a técnica de pintura a óleo. Dentre eles, podemos destacar Masaccio (1401-1429), que, apesar de sua breve aparição no cenário das artes florentinas, influenciou a pintura ao romper com os resquícios da arte medieval, conhecidos como "gótico tardio".

Masaccio impregnou os seus trabalhos de realismo, volume e peso, emprestando da Arquitetura e da Escultura alguns de seus fundamentos. Conseguiu aplicar nas suas telas a geometria em perspectiva do arquiteto Brunelleschi e do escultor Donatello. Suas pinturas mais importantes são: *A expulsão de Adão e Eva do paraíso*, *Tributo*, *Distribuição de esmolas por São Pedro* e *Histórias de Ananias*.

Outro importante valor nas artes plásticas foi Sandro Botticelli (1445-1510). Sua pintura é fundamentada na leveza de suas figuras. Com traços tênues e quase imateriais, Botticelli traduz uma visão muito pessoal da



arte como expressão espiritual, simbólica e religiosa. Engajado no seu tempo, deu aos seus personagens uma beleza e estética neoplatônicas, alcançando, em alguns momentos, a fusão entre o cristianismo e o paganismo greco-romano. Suas pinturas mais famosas são: o *Nascimento de Vênus*, a *Alegoria da Primavera* e o *Fallade e o centauro*

Um dos humanistas mais completos da Renascença foi Leonardo da Vinci (1452-1519). Artista da transição entre o Quattrocentismo e o Quinhentismo, Da Vinci incorporou as tendências de cada um desses períodos, tornando-se uma síntese do espírito renascentista. De pintor e escultor a engenheiro e urbanista, de pensador humanista e músico a biólogo e físico, toda a existência de Da Vinci foi marcada pela busca do conhecimento na sua plenitude. Como inventor, esboçou projetos que, séculos depois, seriam concluídos, como o helicóptero, o pára-quadras, o escafandro, o canhão.

Suas pinturas mais conhecidas são: *Gioconda* (Monalisa), *Última ceia* e *Virgens das rochas*.

2.3. Quinhentismo – Século XVI

Nesse período, Roma transformou-se no grande centro renascentista, ao mesmo tempo que a língua italiana passou a ser utilizada fluentemente, assim como o latim e o grego. A busca da originalidade e a criação, tanto na estética quanto no conteúdo, resultaram no momento maior do Renascimento. Nesse contexto, destacaram-se Francesco Guicciardini, com a *História da Itália*; Torquato Tasso, autor de *Jerusalém libertada*; e Ariosto, autor de *Orlando, o furioso*. Contudo, foi com Nicolau Maquiavel (1469-1527) que a literatura atingiu o seu momento maior. Iniciador do moderno pensamento político, na obra *O príncipe*, Maquiavel defende um Estado forte, independente da Igreja, pregando um governo de caráter absolutista em que os meios são

justificáveis, estando o Estado e, portanto, o seu governante, acima de qualquer outro ideal. Escreveu também, dentre outras obras, a *História de Florença*, o *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio* e a peça considerada como a mais perfeita obra teatral escrita em italiano: *Mandrágora*.

No plano artístico destacou-se Rafael Sanzio (1483-1520), um dos mais populares artistas renascentistas, conhecido como o pintor das madonas, tema que fascinava os italianos, pois mesclava elementos profanos e religiosos. Suas principais obras são: a *Escola de Atenas* e a *Sagrada Família*.

Outro grande artista do Quinhentismo foi Michelangelo Buonarroti (1475-1564). Chamado de "Gigante do Renascimento", pelo destaque de sua produção cultural, as suas pinturas, esculturas, arquitetura e obra poética tiveram o brilho da genialidade. Sua maior obra foram os afrescos da Capela Sistina, em especial o *Juízo Final*, cuja temática mostra uma bela síntese de paganismo e cristianismo.

Por volta do final do século XVIII, o Renascimento italiano entrou em rápido declínio, pois a expansão marítima e os descobrimentos de novas terras e rotas comerciais romperam o monopólio comercial italiano no Mediterrâneo, passando para o Atlântico-Índico o eixo econômico europeu. Por outro lado, os novos centros comerciais emergentes impulsionaram os valores renascentistas originados na Itália.

Ainda nesse contexto, surgiu, na Itália, a Contra-Reforma, reação católica aos movimentos protestantes que teve em Roma seu epicentro e se opunha às manifestações culturais renascentistas. Como exemplo desse processo, podemos citar Giordano Bruno (1548-1600), humanista levado à fogueira como herege por questionar a visão geocêntrica da Igreja Católica.

3. A Difusão do Renascimento Cultural

De um modo geral, no restante da Europa, a Renascença não despertou com a mesma essência clássica e intensidade vivida na Itália. Sob forte influência regional, o Renascimento, na Europa, teve preocupações com problemas de ordem prática e evidente predominância da ética sobre a estética, típicos do Humanismo cristão. O plano das letras e do pensamento alcançou o maior destaque, sobrepondo-se ao artístico, tão significativo na Itália.

O desenvolvimento comercial dos Países Baixos (Holanda e Flandres) e seu importante papel no processo da Revolução Comercial produziram grandes nomes para o Renascimento, tais como Erasmo de Rotterdam, os irmãos Van Eyck, Hieronymus Bosch e Pieter Brueghel.

Erasmo de Rotterdam (1466-1536), fora da Itália, foi considerado o humanista de maior expressão. Vinculado à corrente do Humanismo cristão, pretendia, através de suas idéias, renovar a Igreja Católica. Entre suas principais obras, podemos destacar *O elogio da loucura*, em que Erasmo criticou a opulência, a ganância, a imoralidade, o formalismo e a ignorância do clero, como também o comércio de relíquias e indulgências. Estimulava a retomada da leitura dos evangelhos e a reorganização da ação eclesíastica com base nos fundamentos evangélicos. Erasmo também é autor de *Adágios* e *Colóquios*, por meio dos quais critica a sociedade do seu tempo, recorrendo a concepções clássicas, como o antropocentrismo.

No plano das artes plásticas, em especial na pintura, destacaram-se os irmãos Van Eyck com a nova técnica a óleo, cujo grande exemplo é a tela *Adoração do Cordeiro*, e Pieter Brueghel, que se notabilizou pela temática social e cuja principal fonte inspiradora foi o cotidiano humano; ele retratou como poucos o povo, as festas populares, os casamentos e as feiras aldeãs. Suas principais obras são: *O alquimista*, *Banquete nupcial*, *Dança campestre* e *Os cegos*.

Outro grande vulto da pintura do período foi Bosch, cuja obra é um verdadeiro questionamento ao homem. De essência inquieta, exprimiu em suas telas o fantástico, os mistérios da mente humana, com uma visão quase apocalíptica do homem e do mundo. Suas obras mais famosas são: *As Tentações de Santo Antônio*, *Carroça de Feno* e *Jardim das Delícias*".

Na Alemanha, a conjuntura privilegiada pela Reforma Protestante luterana e pelos conflitos religiosos e políticos que se seguiram contribuíram para uma estimulante produção artística. Os maiores vultos na pintura alemã foram: Albrecht Durer (1471-1528), que teve como principais obras: *Auto-retrato*, *Natividade* e *Adoração da Santíssima Trindade*; e Hans Holbein (1497-1543), autor de *Cristo na sepultura* e de retratos de importantes nobres e pensadores, como Henrique VIII, Erasmo de Rotterdam e Thomas Morus.

Na Inglaterra, o movimento renascentista teve seu florescimento retardado em virtude da instabilidade político-militar, resultante da disputa pelo trono inglês (Guerra das Duas Rosas). Por volta do século XVI, tivemos o efetivo despontar de literatos de grande vulto, como Thomas Morus e William Shakespeare, os quais podemos considerar como representantes maiores da Renascença inglesa.

Conhecido como o chanceler filósofo, Sir Thomas Morus (1476-1535) teve na obra *Utopia* seu mais importante livro. Buscando uma sociedade mais harmoniosa e perfeita, tentou conciliar ideais da civilização clássica e cristã, propondo o uso da inteligência e do racionalismo para alcançar a igualdade e a perfeição social.

Mas foi com o grande autor teatral William Shakespeare (1564-1616) que a Inglaterra ganhou destaque no contexto do movimento renascentista. Seus dramas e comédias traduzem o espírito humanista que busca nas múltiplas faces da alma humana as verdades, as inquietudes e os questionamentos da existência. Shakespeare tornou-se, com o conjunto de sua obra, um autor atemporal que, ao longo dos tempos, continua a despertar o fascínio dos leitores e espectadores de suas peças teatrais. Suas principais obras são: *Romeu e Julieta*, *Otelo*, *Rei Lear*,



Macbeth e *Hamlet* (dramas ou tragédias). *Ricardo III*, *Júlio César* e *Antônio e Cleópatra* (dramas históricos); *As alegres comadres de Windsor* (comédia).

Na França, podemos destacar como grande expressão do Humanismo o escritor Rabelais. Suas mais conhecidas obras são *Gargântua e Pantagruel*, comédias que exaltam o homem, a liberdade e o individualismo em oposição à escolástica medieval (Igreja), ao misticismo e à repressão de seu tempo.

No plano filosófico, Michel Montaigne, com a obra *Ensaio*, definiu seu ideal de equilíbrio na harmonia de estar em comunhão com o universo como ele é.

Na península Ibérica, o movimento renascentista teve uma conjuntura bastante conturbada pelos efeitos mais gerais da Contra-Reforma.

Na Espanha, apesar dos antagonismos do contexto histórico, surgiram grandes artistas como o pintor Domenikos Theotokopoulos (1541-1614), conhecido como El Greco. Dentre suas mais importantes telas, podemos destacar: *O Enterro do Conde Orgaz* e *Vista de Toledo sob a tempestade*.

No teatro, tivemos como grandes expoentes da dramaturgia hispânica Tirso de Molina (1571-1648), autor de *Don Juan* e, na comédia, Lope de Vega (1562-1635).

Porém, sem sombra de dúvida, o maior representante da Renascença espanhola foi o escritor Miguel de Cervantes (1547-1616). Sua grande obra é considerada um clássico da Literatura universal e tem como título *Dom Quixote de la Mancha*. Sátira de profundo humanismo, conta as aventuras e fantasias de um velho cavaleiro espanhol e seu fiel escudeiro.

Já em Portugal, os ideais da estética renascentista chegaram por volta da primeira metade do século XVI. No teatro, a grande expressão foi Gil Vicente (1465-1536), destacando-se pelos autos: *Auto da Visitação* e *Auto dos Reis Magos*.

Entretanto, o maior expoente da Renascença lusa foi o poeta Luís Vaz de Camões (1525-1580), com sua obra épica *Os Lusíadas*.

4. O Renascimento na Música e na Ciência

Os franceses e os holandeses tiveram a primazia na Renascença musical. A estética renascentista baseou-se na virtuosidade e no refinamento talentoso dos músicos e compositores franco-flamengos. Entre os músicos holandeses, podemos destacar Josquin de Prés (1445 -1521), que marcou suas composições pelo uso de estribilhos populares e maliciosos. O movimento musical da Renascença, através da polifonia e da distinção das músicas sacra e profana, contribuiu sobremaneira para a evolução desse gênero da cultura humana. Podemos ainda destacar, na exaltação do canto coral, o reformador Martinho Lutero (1483 -1546) e o compositor sacro-católico Giovanni Pierluigi da Palestrina (1525 -1594).

No plano científico, o Renascimento impulsionou o estudo investigativo da natureza e do homem. Com uma visão cada vez mais dinâmica do universo e crítica do mundo no qual vivia, o homem da Renascença partiu para a experimentação e observação do cosmo e da Terra. Entre os grandes cientistas do Renascimento Cultural, podemos salientar:

- Nicolau Copérnico (1473-1543), que formulou a teoria heliocêntrica, refutando o geocentrismo medieval;

- Galileu Galilei (1564-1642), grande físico italiano, e Johann Kepler (1571-1630), de origem germânica, complementaram com seus estudos os princípios heliocêntricos de Copérnico;

- Na Medicina, tivemos como grandes expoentes Miguel Servet (1511-1553) e William Harvey (1578-1657), que promoveram importantes descobertas no campo dos estudos acerca da circulação sanguínea, e Paré (1509-1590), na técnica de laqueadura das artérias em substituição da tradicional cauterização medieval. Na obra *Sobre a estrutura do corpo humano*, Andreas Vesálio (1514-1564) estabeleceu as bases da moderna Anatomia.

Exercícios Resolvidos

01. Explique o que foi o chamado Renascimento Cultural.

Resposta

O Renascimento foi a expressão cultural das profundas mudanças da Europa na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Iniciou-se na península Itálica, no século XIV, e estendeu-se por toda a Europa até o século XVII. Os artistas, escritores e pensadores do Renascimento exprimiram em suas obras os ideais, os valores e a visão de mundo da nova sociedade que emergia com o desenvolvimento da economia mercantil.

02. Sobre o processo de transição feudo-capitalista, no que tange à cultura e suas manifestações, responda às questões a seguir.

a) Quais foram as diferenças entre as manifestações artísticas e intelectuais da Idade Média e as do Renascimento?

b) Comente a principal característica do pensamento renascentista.

Resposta

a) Na Idade Média, a arte e o saber estavam relacionados à Igreja e expressavam uma dimensão religiosa. No Renascimento, a arte e o saber voltaram-se para o mundo concreto, para a humanidade e a sua capacidade de transformar o mundo.

b) O Renascimento caracterizou-se principalmente pela valorização da racionalidade do ser humano, isto é, da capacidade humana de conhecer a realidade por meio da razão e da observação objetiva da natureza, não mais pela crença nas explicações religiosas e na tradição.

03. Explique o que foi o Humanismo e cite suas principais características.

Resposta

O humanismo é uma forma de pensamento filosófico que considera o ser humano como a obra mais importante da criação, capaz não só de admirar e compreender, mas também de modificar e dominar a natureza. Suas características são a reforma do ensino universitário, com a introdução de disciplinas como poesia, história e filosofia; a reinterpretação do cristianismo com base nos textos e nos valores humanos da Antiguidade; a pesquisa histórica e o conhecimento das línguas clássicas; o desenvolvimento das línguas nacionais.

04. Cite os principais avanços científicos do Renascimento cultural.

Resolução:

Destacaram-se os estudos dos fenômenos naturais e da medicina. Nicolau Copérnico defendeu a tese de que o Sol está no centro do universo e os planetas, inclusive a Terra, giram a seu redor. Galileu, considerado o cientista que mais contribuiu para a formação da Física moderna, deu continuidade às idéias de Copérnico e confirmou a validade de sua tese. Importantes avanços na medicina devem-se a Andreas Vesálio, com seus estudos sobre a anatomia, a William Harvey e Miguel Servet, com seus estudos sobre a circulação sanguínea, a Paracelso, que estudou as drogas medicinais e a Ambroise que criou a técnica de ligação de artérias. Leonardo da Vinci realizou importantes estudos de anatomia humana e projetou diversas máquinas, muitas delas impossíveis de serem construídas em seu tempo.

Capítulo 02. A América Pré-Colombiana

“Para arqueólogos e turistas, as monumentais ruínas da Mesoamérica constituem estupendos testemunhos das complexas civilizações que lá floresceram. Os próprios nomes desses povos evocam poder e mistério: Asteca, Maia, Zapoteca, Tolteca, Olmeca. Mas de todas as grandes metrópoles pré-colombianas que pontilham a região, talvez a mais magnificente pertença a um povo ainda sem nome. Os astecas, que no início do século XV se apossaram da área onde fica a cidade, a cerca de 40 quilômetros acima da atual Cidade do México, estavam convencidos de que ela fora construída por seres sobrenaturais. Nome que deram à cidade, e que ainda permanece: Teotihuacán, ou Lugar dos Deuses”.

(Lemonick, M. – *Time*, 21-12-98, p. 34)

O misticismo e a magia que envolvem as ruínas das antigas civilizações americanas ainda despertam curiosidade. O desconhecimento de vários aspectos da história dessas civilizações é obra da destruição provocada pelo processo violento da colonização europeia, especificamente, dos espanhóis, interessados em arrancar os metais preciosos e explorar a mão-de-obra dos nativos, nas minas de ouro e prata.

Em 1492, quando **Cristóvão Colombo** chegou à América, existiam vários povos organizados em sociedades, umas mais, outras menos complexas, destacando-se entre elas a dos maias, a dos astecas e a dos incas.

1. Os Maias

Os maias viviam ao sul do atual México e nunca chegaram a constituir um império unificado. Dividiam-se em vários centros políticos e autônomos, com governos teocráticos. A economia era basicamente agrícola, produzindo milho, algodão e cacau. A organização social compunha-se de três camadas: a mais alta era a da família real e dos membros do gover-

no; a segunda constituía-se de funcionários do Estado e trabalhadores especializados; e a terceira, era constituída pelos agricultores e trabalhadores braçais. Essa divisão social era bastante rígida, sendo difícil a mobilização de uma camada para outra.



Vaso maia com a figura do deus do milho, o mais importante alimento do povo maia.

Os maias desenvolveram um sistema numérico vigesimal – agrupamento de números em vintena – e o conceito do zero que permitiram o uso do cálculo matemático e de descobertas astronômicas. A escrita, por sua vez, até hoje indecifrável, constituía-se na representação de objetos e idéias.

A contagem do tempo sofreu uma grande influência religiosa, conforme o historiador E. Wolf, que afirma que “uma das grandes realizações devidas aos sacerdotes foi o calendário da América Central. Todas as religiões se interessam pela determinação do tempo. Elas ligam o ciclo vital do indivíduo aos atos rituais que revivem periodicamente na sociedade e sincronizam este tempo social com a marcha do tempo cósmico”.

Por volta do ano 900, a civilização maia sofreu um declínio de população e teria iniciado um processo de decadência. Alguns estu-

osos supõem que o abandono das cidades em função das guerras, insurreições, revoltas sociais, entre outros cataclismas. De fato, os grandes centros foram abandonados, mas não de um momento para outro. Além das hipóteses aventadas, podem ter ocorrido outros fatores, como a exploração intensiva dos meios de subsistência de formas inadequadas, provocando a exaustão do solo e a deficiência alimentar.

2. Os Astecas

Os astecas estabeleceram-se no vale do México por volta do ano 1200, da era cristã, vindos da legendária Aztlán. No início do século XIV, fundaram Tenochtitlán, sua capital e centro de um vasto império que se estendia desde o norte do atual México até a Guatemala, ao sul e do Oceano Atlântico até o Pacífico.



Desenhos feitos pelos astecas sobre um papel produzido com casca de árvore.

A base da economia era a agricultura, destacando-se o cultivo do milho, do tomate, do algodão e do tabaco. A terra era propriedade coletiva, dividida entre os clãs. O comércio, por sua vez, constituía-se na base da troca, contudo, algo tinha de ser encontrado que pudesse equilibrar uma desigualdade de troca: a semente de cacau satisfazia essa necessidade.

A sociedade asteca era rigidamente hierarquizada: o governante, semidivino, situava-se no topo da pirâmide social, seguido pela aristocracia, artesãos de elite e comerciantes e, por último, os escravos.

Politicamente, o império asteca constituía-se numa monarquia de caráter **teocrático** e militar.

Apesar de a maior parte das realizações culturais e artísticas terem sido destruídas pelos conquistadores espanhóis, até hoje é possível admirar as pirâmides e construções arquitetônicas imponentes, podendo constatar a importância da religião na cultura asteca. Os astecas possuíam uma **escrita pictográfica**, um sistema numérico vigesimal e um complicado calendário solar e, em cada período de 52 anos, completava-se um ciclo.

3. Os Incas

Os incas constituíram um vasto império nos altiplanos andinos. Muitas lendas falam de sua origem, destacando-se a que fala de sua origem divina, tratando-os como “filhos do Sol”.

No Império, as terras pertenciam ao Estado, assim como a maior parte dos rebanhos e das minas. Os camponeses trabalhavam coletivamente a terra, sendo que o Estado concedia a eles uma pequena parte da produção para a sua subsistência.



Cidade inca de Machu Picchu

As colheitas do Estado e do clero eram reunidas em armazéns separados; as reservas do imperador serviam para a manutenção da aristocracia e dos funcionários do Estado, artesãos urbanos, soldados e outros grupos não ligados à terra.

A exploração da massa camponesa pelo Estado se manifestava também pela instituição da mita, ou seja, a obrigatoriedade de fornecer trabalho gratuito nas obras públicas, como construção de templos, canais de irrigação, estradas e minas, etc.

A sociedade inca dividia-se em classes, tendo o imperador – o Inca – como personalidade mais importante seguido pela aristocracia e pelo clero, seguidos pela burocracia, pelos artesãos e finalmente os camponeses.

Do ponto de vista político, o Estado inca era uma monarquia teocrática, tendo o im-

perador, ou Inca, como um deus, descendente direto do Sol.

Esse império não teve longa duração, pois além de se enfraquecer por lutas internas, foi alvo da ambição dos conquistadores espanhóis. Ao desembarcar em Tumbes, em 1591, Pizarro e seus soldados invadiram, saquearam e deram início à destruição do império inca.

Exercícios Resolvidos

01. (UFSC-SC) Américo Vespúcio, em Carta enviada de Lisboa a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, em setembro de 1502, refere-se aos habitantes da América com os seguintes termos:

Não têm lei, nem fé nenhuma, e vivem segundo a natureza. Não conhecem a imortalidade da Alma, não têm entre eles bens próprios, porque tudo é comum; não têm limites de reinos, e de províncias; não têm rei; não obedecem a ninguém, cada um é senhor de si; nem favor, nem graça a qual não lhes é necessária, porque não reina entre eles a cobiça; moram em comum em casas feitas à moda de cabanas muito grandes, e para gente que não têm ferro, nem outro metal qualquer, se pode dizer as suas cabanas, ou casas maravilhosas, porque eu vi casas que são longas duzentos e vinte passos, e largura 30, e habilmente fabricadas, e numa destas casas estavam quinhentas ou seiscentas almas. [...] As suas comidas raízes de ervas e frutas muito boas, inúmeros peixes, grande abundância de mariscos; e caranguejos, ostras, lagostas, e camarões, e muitas outras coisas, que produz o mar.

Com base nos fragmentos mencionados da Carta de Américo Vespúcio, marque a(s) proposição(ões) correta(s) acerca dos habitantes na América.

01. Dominavam técnicas de construção que lhes permitia erguer grandes cabanas, sem a utilização de estruturas de metal.
02. Não possuíam bens materiais, nem conheciam limites territoriais.
04. Residiam em choupanas de palha e madeira, nas quais as condições higiênicas eram precárias.
08. Viviam como animais, impulsionados pela cobiça e preocupados apenas com a sobrevivência individual.

16. Passavam dificuldades econômicas, pois eram precários os recursos alimentares oferecidos pela natureza.

32. Disponham com fartura de vários tipos de alimentos de origem vegetal e animal.

Resposta: V V F F F V

02. (Fatec-SP) Na América, desenvolveram-se sociedades que deram origem a grandes civilizações; é o caso da civilização Inca.

Sobre ela, podemos afirmar que

a) os incas eram governados por um rei, que tinha como função principal comandar o exército; daí receber o título de “senhor dos guerreiros”, comprometendo-se a ser responsável com os deuses e seu povo.

b) entre os incas, qualquer indivíduo, por mais humilde que fosse, poderia chegar a pertencer às classes mais altas, desde que tivesse mostrado bravura e valentia numa batalha.

c) Tenochtitlán, sua principal cidade, foi construída numa pequena ilha, do lago Texcoco, na qual ao invés de estradas usavam-se canais como via de comunicação.

d) o predomínio social nessa civilização cabia a uma elite militar e sacerdotal de caráter hereditário, comandada pelo Halach Uinic, responsável pela administração e cobrança de impostos.

e) os incas criaram um sistema de produção agrícola que garantia a sobrevivência da população, graças a um sistema de divisão das terras cultiváveis em três tipos: terra do Deus Sol, terra do Inca e a terra dos camponeses.

Resposta: E

03. (Vunesp-SP) *Vi também as coisas que trouxeram ao rei, do novo país do ouro: um sol todo em ouro medindo uma toesa de largura; do mesmo modo, uma lua toda de prata e igualmente grande; também dois gabinetes repletos de armaduras idênticas e toda sorte de armas por eles usadas, escudos, bombardas, armas de defesa espantosas, vestimentas curiosas (...).*

(Albert Dürer, pintor, alemão, 1471-1528)

As pessoas (...) tanto homens quanto mulheres, andam nuas assim como suas mães as pariram, exceto algumas das mulheres que cobrem suas partes com uma única folha de grama ou tira de algodão (...). Eles não possuem armas, exceto varas de cana cortadas (...), e têm receio de usá-las (...); são tratáveis e generosos com o que possuem.

Entregavam o que possuíam, jamais recusando qualquer coisa que lhes fosse pedida (...).

(Trecho da Carta de Cristóvão Colombo, de 15 de fevereiro de 1493.)

Os textos referem-se aos habitantes da América na época dos descobrimentos.

a) Dê dois exemplos de grupos indígenas que podem ser identificados com os textos.

b) Por que os dois relatos são diferentes?

Resposta

a) *Astecas (ou incas) e tupis-guaranis (ou tupinambás, caraíbas e muitos outros).*

b) *Porque se referem a populações indígenas com níveis técnicos diferentes.*

Capítulo 03. A Expansão Marítimo-Comercial Européia

O final da Idade Média e início dos tempos modernos foram marcados pela transição entre o feudalismo e o capitalismo. Todo período de transição é cheio de contradições, pois nele coexistem velhas e novas estruturas. O feudalismo em transformação abria caminho para uma nova organização econômica baseada no lucro e na acumulação com base no comércio. Foi nesse contexto histórico que os europeus realizaram grandes viagens de navegação com o objetivo de conquistar novos mercados que pudessem reativar as atividades mercantis, abaladas pelas crises dos séculos XIV e XV. A conquista do Brasil não foi um fato isolado dentro da história européia, pois fez parte de um contexto geral mais amplo, da expansão marítima do comércio europeu.

Um conjunto de fatores contribuiu para a expansão européia: a necessidade de novas

rotas marítimas por parte da burguesia ibérica (devido ao monopólio árabe-italiano no Mediterrâneo), a carência de metais preciosos para a cunhagem de moedas, o apoio e o estímulo das monarquias nacionais aos projetos navais (centralização política prévia). Não devemos esquecer também a aliança dos monarcas com a burguesia mercantil de seus países em torno das grandes navegações, interessados ambos na expansão ultramarina de seus mercados.

O contexto cultural da época também foi favorável à expansão européia. Houve não apenas o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das técnicas navais, como a bússola, o astrolábio, o quadrante, a caravela, as cartas de marear, a vela triangular ou latina (geralmente invenções chinesas introduzidas no Ocidente pelos árabes), mas também o espírito de aventura e de conquista insuflado pelo Renascimento e pelo Humanismo.



A bússola já era conhecida desde o século XIII, mas, com as grandes navegações, foi aperfeiçoada permitindo ser adaptada aos navios.

1. Portugal Sai na Frente



Batalha de Aljubarrota – foi decisiva para a ascensão de D. João de Avis ao trono português, em 1385. Os portugueses, contando com a ajuda dos eficientes arqueiros ingleses, conseguiram derrotar os castelhanos e manter a independência de Portugal, ao mesmo tempo que consolidavam o Estado Nacional com a centralização do poder político e sua aliança com a camada mercantil. Esses fatores foram fundamentais para o pioneirismo português na expansão ultramarina.

O primeiro país europeu a realizar a expansão marítima foi Portugal. Isso foi possível graças à consolidação da monarquia em 1385, com a Revolução de Avis, e sua aliança com o **grupo mercantil** interessado na expansão do comércio.

Além disso, Portugal já possuía uma tradição naval, resultado da pesca e também da Escola de Sagres, projeto desenvolvido pelo Infante D. Henrique.

O ponto inicial da expansão marítima portuguesa foi a tomada de Ceuta, no norte da África, em 1415. Dessa data até 1492, Portugal teve o domínio da navegação no oceano Atlântico.

Durante esse período, os portugueses realizaram o périplo africano, permitindo a

conquista de vários núcleos produtores de especiarias, e comércio de marfim, ouro e escravos. Por outro lado, a Igreja, por meio de bênçãos especiais, deu apoio total ao projeto expansionista por motivos não só ideológicos e religiosos, mas também de interesse econômico, como, por exemplo, o aumento dos dízimos.

2. A Expansão Espanhola e o Tratado de Tordesilhas

Em 1492, a Espanha realizou sua primeira viagem. Como a rota oriental (em direção a leste) era pesquisada há quase cem anos pelos portugueses, os espanhóis preferiram uma rota ocidental (em direção a oeste), re-



sultado das recentes teorias renascentistas sobre a forma do mundo. Essas novas teorias tiveram como principal divulgador Cristóvão Colombo. Essa primeira viagem resultou na conquista da América, embora Colombo acreditasse haver chegado às Índias; ao mesmo tempo que quase provou as novas teorias sobre o formato da Terra, criou uma rivalidade muito grande entre Portugal e Espanha pela posse das regiões produtoras de especiarias. A rivalidade de expansionismos levou o papa Alexandre VI a dividir as novas terras entre os dois reinos ibéricos para impedir um conflito aberto.

O papa decidiu que um meridiano traçado a 100 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde dividiria os novos territórios entre Portugal (a leste) e Espanha (a oeste). Essa decisão papal foi publicada na Bula Intercoetera, em 1493.

Portugal recusou a aceitar esta divisão e iniciou negociações diplomáticas com a Espanha, que resultaram, em 1494, no Tratado de Tordesilhas, pelo qual as terras descobertas, ou ainda por descobrir, seriam divididas entre os dois países através de um meridiano traçado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Dessa forma, o mundo ficava dividido em duas metades: uma de Portugal e outra da Espanha. Esse tratado foi de uma importância muito grande porque garantiu a Portugal “a rota do leste” (carreira da Índia) e, antes mesmo de sua conquista, uma boa parte do território brasileiro.

Em 1498, Vasco da Gama chega às Índias, completando, dessa forma, o projeto português. Era necessário, depois disso, consolidar essa conquista. Assim, formou-se uma nova expedição, comandada por Pedro Álvares Cabral, com a missão de estabelecer as relações econômicas e diplomáticas com o governo de Calicute. No dia 9 de março de 1500, a expedição levantou âncoras em direção às Índias. Entretanto, desviou-se da rota para tomar posse das ilhas localizadas a oeste, com o objetivo de garantir a navegação portu-

ses por aquela rota. Em 22 de abril, Cabral chegou a uma dessas ilhas, que na verdade era o Brasil.

3. A Expansão Inglesa

A Inglaterra teve a sua expansão marítima retardada pela Guerra dos Cem Anos e, posteriormente, pela Guerra das Duas Rosas (1455-1485), disputa pelo trono inglês entre as famílias York e Lancaster.

Inicialmente, foram utilizados os serviços de navegadores italianos, como, por exemplo, Giovanni Caboto (às vezes aparece como John Cabot), que explorou o Labrador e a Terra Nova. Outra maneira de navegar foi utilizando piratas ou corsários, destacando-se os ingleses Francis Drake e John Hawkins.

4. A Expansão Francesa

A França deu início à sua expansão marítima a partir de 1520, quando já haviam acabado os resquícios da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e dos problemas entre o rei Luís XI e parte da nobreza (1461-1483). Consolidada a monarquia com Francisco I, que, antes de dar impulso à expansão marítima, ficou bronqueado com o Tratado de Tordesilhas, afirmando que “eu não vi no testamento de Adão que só Portugal e Espanha tinham direito ao Novo Mundo”, os franceses passaram então a realizar expedições exploradoras no novo continente, como as de Giovanni Verrazano e Jacques Cartier. No Brasil, realizavam contrabando de pau-brasil e chegaram até a ocupar a região do Rio de Janeiro, ao fundarem a França Antártica, tendo sido expulsos por Mem de Sá e seu sobrinho Estácio de Sá. Tentaram, depois, se estabelecer no Maranhão, fundando em 1662 a França Equinocial, com capital em São Luís, nome em homenagem ao rei da França, Luís XIII. Também foram expulsos pelos portugueses. Conseguiram, finalmente, lançar os fundamentos de um império colonial na América do Norte, ocupando a Luisiana (sul do atual território dos Estados Unidos) e o Canadá.

5. A Expansão Holandesa

A Holanda (também chamada de Províncias Unidas dos Países Baixos) constituía-se numa região de comércio e indústria bastante importantes. Seu comércio expandiu-se ainda na Idade Média, aproveitando as rotas fluviais – como, por exemplo, os rios Reno, Mosa e Escalda – e comercializando com a França e com o Sacro Império Romano-Germânico. Com as transformações econômicas ocorridas no final da Idade Média, os holandeses conseguiram acumular grandes capitais através da distribuição de produtos orientais – trazidos pelos italianos e, depois, pelos portugueses – que faziam pelo interior da Europa, graças à eficiente rede distribuidora que possuíam em várias partes do continente. Sua burguesia converteu-se em massa ao calvinismo, religião que justificava e incentivava a busca de riquezas. Foram responsáveis pelo transporte e comercialização do açúcar brasileiro, auferindo vultosos lucros. Ocuparam a Guiana, algumas ilhas do Caribe e, na América do Norte, Nova Amsterdã, atual Nova Iorque. Foram, talvez, os maiores traficantes de escravos negros nos séculos XVI e XVII.

Durante muito tempo, a Holanda esteve sob domínio político da Espanha, mas com a Contra-Reforma, que fez retornar a Inquisição, agora denominada Tribunal do Santo Ofício, e a ascensão ao Trono de Filipe II, extremamente católico, as coisas complicaram. Depois de muita luta, os holandeses conseguiram a independência, ajudados pela Inglaterra de Elizabeth I, assinando com a Espanha o Tratado de Vestfália, em 1648.

6. Conseqüências da Expansão Marítima

A expansão marítima européia possibilitou uma grande ampliação do comércio, agora em escala mundial. Alguns historiadores denominam esse período, do século XV ao XVII, de Revolução Comercial. O eixo econômico, antes no Mediterrâneo, onde as cidades italia-

nas tinham o monopólio, passou para o Atlântico e, evidentemente, com o declínio delas possibilitou a ascensão econômica de Lisboa, que, mais tarde, passaria para Sevilha, na Espanha.

A valorização do capital comercial levou ao aumento das companhias de comércio, interessadas na exploração das riquezas coloniais, destacando-se os metais preciosos. *Calcula-se que quando Colombo descobriu a América a quantidade de ouro e prata em circulação na Europa não ultrapassava duzentos milhões de dólares. Por volta de 1600, o volume de metais preciosos naquele continente atingira o pasmoso total de um bilhão de dólares. Parte dele era fruto das pilhagens feitas pelos espanhóis nos tesouros dos incas e astecas, mas o grosso provinha das minas do México, da Bolívia e do Peru (...)* Nenhuma outra causa influiu de maneira tão decisiva no desenvolvimento da economia capitalista. (Burns). Por outro lado, esse afluxo de metais preciosos gerou um efeito contraditório: se a burguesia e os reis se enriqueceram e se fortaleceram, o povo em geral conheceu extremas dificuldades, principalmente com os efeitos da violenta inflação causada pelo aumento de preços.

Exercícios Resolvidos

01. (UFC-CE) A falta de metais preciosos para a cunhagem de moedas, a falta de terras para o cultivo na Europa e a formação das monarquias nacionais são fatores que podem se associar à

- a) expansão marítimo-comercial e à descoberta da América.
- b) dominação ibérica na Ásia e ao movimento das Cruzadas.
- c) descolonização da África e ao liberalismo ocidental.
- d) dissolução do Império Romano-Germânico e ao feudalismo.
- e) fragmentação do poder político e à colonização do Brasil.

Resposta: A



02. (Fuvest-SP) A expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI permitiu

a) a formação de domínios coloniais que dinamizaram o comércio europeu.

b) o crescimento do comércio de especiarias pelas rotas do Mediterrâneo.

c) a implantação de impérios coloniais na Ásia, para extração de metais preciosos.

d) o fortalecimento do feudalismo e da servidão na Europa ocidental.

e) a colonização do tipo mercantilista, sem interferências.

Resposta: A

03. (Fuvest-SP) A que se pode atribuir a primazia portuguesa nos descobrimentos e na expansão marítima moderna?

Resposta

À precoce centralização do poder político com a Revolução de Avis (1383-1385), à aliança rei e burguesia mercantil e à posse de técnicas náuticas, como a caravela.

04. (Efei-MG) “No início da Idade Moderna, em termos comerciais, houve um deslocamento do eixo econômico”. Onde se situava o antigo eixo econômico-comercial e para onde se deslocou a partir de 1500?

Resposta

Situava-se no Mediterrâneo, deslocando-se posteriormente para o oceano Atlântico.

05. (Efei-MG) Com relação aos efeitos da expansão marítima ocorrida no final do século XV, dê pelo menos dois resultados econômicos.

Resposta

Novos mercados e descoberta de metais preciosos na América.

Capítulo 04. A Reforma Religiosa

O processo de transição feudo-capitalista teve na Reforma religiosa do século XVI a grande revolução espiritual que encaminhou o homem à modernidade. Não podemos considerar a Reforma uma simples manifestação de descontentamento, pois, ao romper a unidade do cristianismo ocidental, alterou profundamente a estrutura clerical e a visão sobre vários dogmas, como também uma revisão na essência da doutrina da salvação.

Em síntese, podemos entender a Reforma como uma tentativa de restauração do cristianismo primitivo ou verdadeiro que, de um modo geral, começou a se processar desde a Baixa Idade Média e atingiu sua maior amplitude com a Reforma protestante e a reação católica representada pela Contra-Reforma.

1. A Conjuntura e os Fatores da Reforma

Com a crise do modo de vida feudal, o Renascimento urbano-comercial passou a determinar um novo contexto socioeconômico. A Igreja Católica, no entanto, com sua postura doutrinária acerca do empréstimo de dinheiro a juros e a busca do lucro em geral (usura), passou a representar um bloqueio ao espírito de acumulação pré-capitalista. Começou a se fazer sentir cada vez mais a necessidade de adequar a fé e os princípios religiosos à nova realidade econômica. Se de um lado tínhamos a burguesia nascente tentando conciliar a nova mentalidade do lucro e da acumulação de riqueza com sua consciência religiosa, a crise estrutural, pela qual passava o feudalismo, gerava uma atmosfera de tensões e conflitos entre os servos e os senhores feudais. As pressões senhoriais traduziram-se em constantes revoltas camponesas. Nesse contexto de transformações

socioeconômicas, a crise religiosa passou a ser um elemento de convergência das lutas de classe. De um lado, o poder senhorial católico (nobreza feudal e alto clero), do outro, a burguesia ascendente e o campesinato oprimido.

Do ponto de vista político, o processo de fortalecimento e centralização do poder real, que culminou com a formação das Monarquias Nacionais, fez surgir um Estado forte e dominador, o que tornou inevitável e imperioso o controle sobre a Igreja. Por outro lado, era oportuna a convulsão religiosa que permitiria aos soberanos confiscar os bens e submeter a Igreja à sua tutela, como veremos na Inglaterra de Henrique VIII ou na Alemanha de Martinho Lutero.

Nesse contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas, surgiram as condições determinantes para a Reforma, levando em conta, contudo, que os problemas de ordem religiosa e espiritual tiveram fundamental importância. Não podemos associar essa verdadeira revolução da cristandade exclusivamente a fatores materiais, econômicos (capitalismo) ou políticos. A grande questão estava ligada à crise religiosa criada a partir da inadequação do clero (Igreja Católica) à qualificação da fé (Renascimento/ Humanismo).

A humanidade, no contexto da transição feudo-capitalista (século XVI), manteve uma profunda fé em Deus. As provas de fé foram constantes ao longo da Idade Média; as Cruzadas, a construção de igrejas e as heresias nos comprovam uma religiosidade intensa e fervorosa. Ao mesmo tempo, a partir do Renascimento, com o desenvolvimento técnico e o surgimento da imprensa, a publicação em série da Bíblia possibilitou a difusão e a conscientização religiosa dos fiéis, tornando-os mais exigentes e críticos em relação à Igreja Católica. Os humanistas como



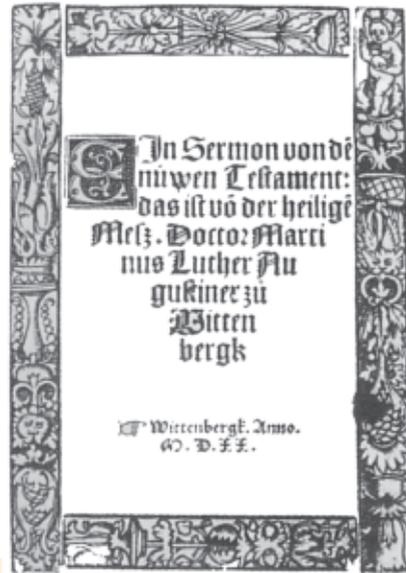
Erasmus de Roterdã (Elogio da Loucura) e Thomas Morus (*Utopia*) podem ser vistos como elementos dessa nova visão e consciência crítica, pois, ao condenar a ignorância e a imoralidade do clero, levantaram a necessidade da mudança.

Podemos concluir que a essência da Reforma reside na crise moral da Igreja Católica, cujo poder e abusos contrastavam com suas pregações e atribuições. Tanto no alto quanto no baixo clero reinavam a imoralidade e a ignorância, que levaram ao comércio da fé e coisas sagradas (reliquias religiosas, milagres, etc.)

Muitos papas tiveram um comportamento essencialmente temporal, agindo como nobres eclesiásticos que praticavam das guerras ao mecenato, do luxo à venda de indulgências (venda do perdão). Todo esse panorama decadente levou ao fortalecimento dos concílios como tentativa de reduzir a influência externa e o envolvimento do papa com o poder político. Porém, os escândalos continuaram a acontecer. Um dos acontecimentos que marcaram a conjuntura da eclosão do processo reformista envolveu o papa Leão X. Com vistas na construção da Basílica de São Pedro, em Roma, Leão X negociou a venda de indulgências na Alemanha com uma família de banqueiros alemães, os Fuggers, tornando a fé um negócio de caráter mercantil e financeiro.

Em suma, o crescimento do sentimento e consciência religiosa dos fiéis evidenciou os abusos e a corrupção do clero. A salvação pela obra jogou a fé para um segundo plano e provocou uma verdadeira onda de questionamentos sobre a função eclesiástica. Em uma conjuntura de transição, os problemas religiosos articularam-se a fatores econômicos, sociais e políticos, dando uma intensidade estrutural ao processo reformista.

2. A Reforma Luterana



Anúncio de sermão de Martinho Lutero na cidade de Wittenberg, em que ele expunha suas críticas à Igreja de Roma.

Martinho Lutero nasceu na Saxônia, no ano de 1483. Filho de um pequeno burguês, dedicou-se aos estudos de Direito Canônico e Filosofia. Ingressou posteriormente na ordem religiosa dos agostinianos, sendo indicado para a paróquia de Wittenberg. Tornou-se um professor de excelência em teologia e um religioso muito respeitado pela comunidade.

No ano de 1517, fez forte oposição ao monge dominicano Tetzel, que vendia, na Alemanha, em nome do papa Leão X, indulgências para a construção da Basílica de São Pedro. Esse fato levou Lutero à formulação das 95 teses de propostas críticas de mudança da estrutura eclesiástica. Depois de ter fixado suas idéias na porta da catedral de Wittenberg, suas teses começaram a circular por várias regiões da Alemanha, recebendo apoio de setores da população, que se identificavam com a busca de purificação cristã proposta por Lutero.

No ano de 1520, o papa Leão X, por meio de uma bula papal, condenou Lutero por suas propostas e intimou-o a retratar-se, sob

pena de ser considerado herege. Lutero reagiu queimando em público o documento papal, sendo excomungado e devendo se submeter a um julgamento secular. Condenado também pelos simpatizantes do imperador Carlos V, na Dieta de Worms, Lutero conseguiu refúgio no castelo de Wartburg, onde redigiu panfletos com suas idéias de reforma e traduziu a Bíblia para o alemão. Grande parte dos príncipes alemães o apoiaram porque desejavam romper com o imperador Carlos V e com a poderosa e influente Igreja Católica (papa).

Esses príncipes apoderaram-se das terras da Igreja Católica, fortalecendo, assim, o Estado.

As idéias de Lutero influenciaram o movimento de revolta camponesa dos anabatistas que, liderados por Thomas Munzer, tentaram tomar terras senhoriais e do clero. Lutero se opôs violentamente contra os anabatistas, gerando com isso uma verdadeira guerra religiosa. Essa posição de Lutero revelou o seu comprometimento com os príncipes e setores da nobreza alemã.

No ano de 1529, com a expansão das idéias reformistas, o imperador Carlos V convocou a Dieta de Spira, que decidiu pela permissão ao luteranismo nas regiões convertidas, preservando, no entanto, as regiões alemãs ainda católicas.

O protesto dos luteranos contra as medidas da Dieta resultaram no surgimento do termo **protestantes**.

Martinho Lutero e o teólogo Felipe Melanchton escreveram, no ano de 1530, a obra reformista *Confissão de Augsburg*, na qual foram estabelecidos os fundamentos da doutrina luterana. Entre eles, podemos destacar:

- a salvação não se alcança pelas obras, mas sim pela fé, pela confiança em Deus e pelo sofrimento interior;
- o culto religioso foi simplificado, baseando-se nos salmos e na leitura da Bíblia;
- valorizou-se o contato direto entre o fiel e Deus, dispensando-se o clero como intermediário;

- manutenção de dois sacramentos: o batismo e a eucaristia (comunhão), e no ritual da eucaristia, acreditava-se na presença de Jesus no pão e no vinho, negando a transformação do pão e do vinho no corpo e no sangue de Cristo (transubstanciação pregada pela Igreja Católica).



A gravura mostra Lutero no púlpito, a direita, divulgando suas idéias reformistas.

3. A Reforma Calvinista

Na Suíça, região de intenso e próspero comércio, teve início o processo de Reforma Protestante com Ulrich Zwinglio (1489-1531). Seguidor de Lutero e de Erasmo de Roterdam, Zwinglio promoveu pregações que resultaram em violenta guerra civil entre reformistas e católicos, na qual morreu.

A guerra teve seu final marcado pelo acordo conhecido como Paz de Kappel, que dava autonomia religiosa a cada "cantão" (região) suíço.

A obra de Zwinglio foi continuada por um francês, João Calvino, que, sofrendo forte perseguição em seu país, fugiu para a Suíça e, em Genebra, começou a propagar as bases de sua doutrina contidas na obra *Instituição da Religião Cristã*.

A doutrina calvinista teve grande aceita-

ção entre os representantes da classe ascendente, a burguesia, na medida em que valorizava aspectos de seu interesse, tais como o trabalho e o acúmulo de riquezas. Entre seus fundamentos religiosos, podemos evidenciar a aceitação da Bíblia como única fonte da verdade, a exclusão do culto aos santos e às imagens, o combate ao celibato clerical e à autoridade papal, a manutenção dos sacramentos do batismo e da eucaristia e a justificação da usura e do lucro através da predestinação absoluta.

A doutrina calvinista consolidou-se por meio do Consistório, que estabeleceu em Genebra um rígido modelo de vida para os habitantes da cidade e suas atividades sociais.



Calvino criou uma doutrina mais severa que a de Lutero.

4. A Reforma Anglicana

A Reforma na Inglaterra foi gerada por um conjunto de fatores, dentre eles, a influência das idéias de John Wyclif, o nacionalismo inglês que se opunha ao poder da Igreja Católica e a necessidade de a Monarquia inglesa romper com Roma para centralizar o poder.

A Reforma Anglicana teve sua causa imediata ligada ao rompimento do rei inglês Henrique VIII com o papa Clemente VII. Henrique VIII pretendeu conseguir junto ao papa a anulação do seu matrimônio com Catarina de Aragão. Devido à oposição do papa, o rei inglês organizou um tribunal formado por bispos ingleses que aprovou, à revelia de Roma, a anulação do casamento real.



A reforma religiosa de Henrique VIII tinha objetivos principalmente políticos.

Essa atitude de rebelião ocasionou a excomunhão de Henrique VIII que, em resposta, fez com que o Parlamento inglês aprovasse o Ato de Supremacia (1534), pelo qual o rei era reconhecido como chefe da Igreja e de seus domínios na Inglaterra.

A Reforma Anglicana, diferentemente da luterana e da calvinista, não pode ser considerada tão radical, na medida em que manteve normas e rituais católicos, acrescentando-se, entretanto, princípios calvinistas.

O anglicanismo consolidou-se em definitivo durante o reinado da rainha Elizabeth I, quando esta obrigou o Parlamento a decretar a Lei dos 39 artigos (1562), que transformou a Igreja inglesa em um misto de catolicismo e calvinismo.

5. A Contra-Reforma (Reforma Católica)

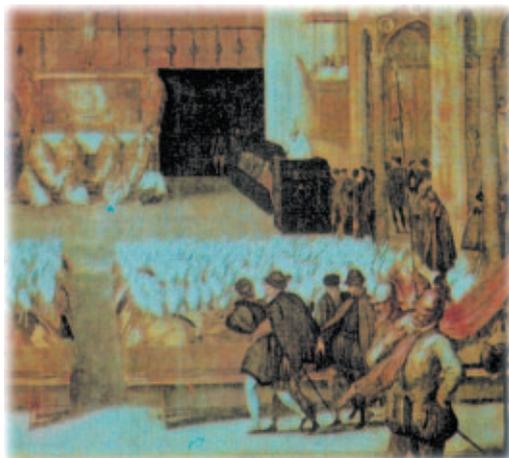
O sucesso das reformas protestantes deu origem a uma forte reação da Igreja Católica, que teve como finalidade impedir o avanço reformista e reestruturar a Igreja Católica.

O Concílio de Trento, reunido de 1545 a 1563, teve importante papel na tentativa de barrar o avanço do protestantismo e resolver os graves problemas existentes no interior da Igreja Católica. Entre suas principais resoluções, podemos destacar: a afirmação da autoridade papal; manutenção do celibato clerical; confirmação dos sete sacramentos; elaboração do catecismo; tradução da Bíblia; criação de seminários e proibição das indulgências.

Outra importante instituição criada foi a Companhia de Jesus, fundada em 1534 por Ignácio de Loyola e aprovada pelo papa Paulo III. Essa ordem, organizada sob uma rígida hierarquia, dedicou-se à tarefa da catequese e educação através das quais combatia o avanço do protestantismo, promovendo a reafirmação dos dogmas católicos. Os jesuítas tiveram importante papel na conversão ao catolicismo de grande parcela da população indígena americana (missões e reduções).

Outra medida importante ordenada pela Igreja Católica para deter o avanço reformista foi a elaboração do Índice, catálogo de livros proibidos aos católicos. Obras renascentistas, humanistas ou reformistas eram queimadas em praça pública; se possível, com o autor junto.

Por fim, devemos salientar a reorganização do tribunal do Santo Ofício, também chamado de Inquisição, criado na Idade Média, e cuja tarefa era julgar e combater toda e qualquer manifestação anticatólica.



A igreja perdia adeptos e assistia à contestação e rejeição de seus dogmas, mas demonstrou no Concílio de Trento que ainda era muito poderosa e tinha capacidade de reação.

Exercícios Resolvidos

01. Sobre a reforma religiosa, responda às questões abaixo.

a) Descreva a conjuntura européia na época da reforma.

b) Entre os motivos da Reforma, destacam-se o descompasso entre as necessidades espirituais dos fiéis e a atuação da Igreja Católica. Cite alguns exemplos desse problema.

Resolução

a) A Reforma ocorreu no contexto econômico, social e político do início da Idade Moderna, época do capitalismo mercantil e da formação e consolidação das monarquias nacionais. A doutrina da Igreja, condenando as atividades lucrativas, impunha entraves ao avanço do processo de acumulação de capital. Além disso, a crise do feudalismo havia criado conflitos sociais, que se misturavam aos problemas religiosos. Ao mesmo tempo, as monarquias nacionais desejavam limitar o poder da Igreja e tinham interesse em confiscar os bens eclesiásticos.

b) Os problemas da Igreja Católica eram graves. O baixo clero não tinha formação adequada e se comportava de modo contrário aos valores cristãos (por exemplo, realizava comércio com as coisas sagradas); os papas também agiam mal, promovendo guerras, vivendo em luxo, vendendo postos eclesiásticos. Muitos cristãos desejavam uma religião mais simples, mais de acordo com o espírito do Evangelho. O fato que fez desencadear o movimento foi a venda de indulgências pelo próprio papa.

02. Por que os príncipes alemães deram apoio a Martinho Lutero?

Resolução

Os príncipes alemães apoiaram Lutero porque desejavam libertar seus domínios da interferência do papa e do imperador e apossar-se dos bens da Igreja.

Capítulo 05. Absolutismo e Iluminismo

O absolutismo foi a máxima centralização do poder real. Surgiu como consequência direta do processo de centralização política, concebido pelos reis a partir do Direito Romano, revivido no Renascimento Cultural, e a partir das Reformas Religiosas e da prática mercantilista.

Deve-se levar em conta a rivalidade entre a burguesia e a nobreza, e que o rei se aproveitou dessa luta de classes para impor sua hegemonia no processo político.

1. Mercantilismo: a Política Econômica do Absolutismo

O mercantilismo foi a política econômica das monarquias nacionais que, por meio de um conjunto de doutrinas e práticas econômicas e políticas, intervinha na economia com o objetivo de fortalecer o Estado nacional. O mercantilismo exprimiu, durante algum tempo, a aliança entre os reis e a burguesia na centralização do poder real. Assim, o mercantilismo contribuiu sobremaneira para o enriquecimento da burguesia mercantil européia durante os séculos XVI e XVII.

As principais características do mercantilismo foram:

I. Metalismo – Podemos definir como a crença de que quanto maior fosse a quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que um país possuísse, mais rico seria.

II. Intervencionismo – Direito de o Estado intervir na economia a fim de fortalecer o poder real. Promulgava legislações que incentivavam o comércio e as manufaturas, como também controlava as tarifas alfandegárias e os salários.

III. Balança comercial favorável – Considerada como elemento-chave da política econômica mercantilista. Consistia em exportar sempre mais do que importar, de-

xando um saldo favorável. Assim, os países procuravam comprar barato e vender caro para ter mais lucros, resultando num saldo positivo.

IV. Protecionismo – A fim de manter a balança comercial favorável, os países procuravam proteger o comércio e as manufaturas nacionais, evitando a importação de produtos já fabricados no país, por meio de cobrança de altas taxas alfandegárias.

V. Monopolismo – A formação de grandes monopólios era uma condição fundamental para o desenvolvimento do comércio e das manufaturas, em vista da necessidade de grandes capitais exigidos nos empreendimentos.

VI. Pacto Colonial – Representava o controle da metrópole sobre as colônias, pois estas podiam fazer comércio somente com suas respectivas metrópoles. Assim, as colônias produziam as matérias-primas e metais preciosos a baixo preço e importavam das metrópoles produtos manufaturados a preços elevados.

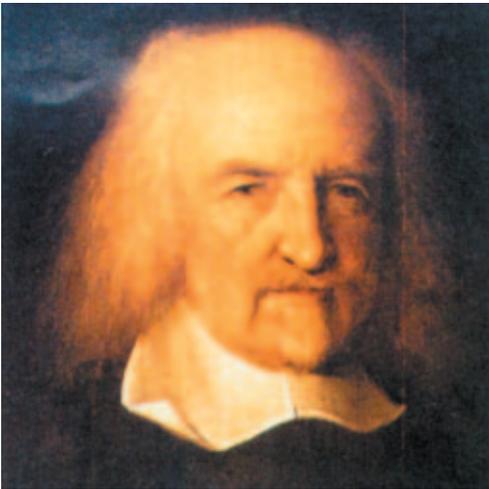


Maquiavel, o principal teórico do absolutismo

2. Os Teóricos do Absolutismo

Mesmo sendo a corporificação da nação o instrumento desejado para pôr fim às desavenças feudais, garantindo a lei, a unidade e a segurança, o rei pôde tornar-se absoluto graças à ajuda da intensa luta de classes entre a burguesia e a nobreza. No entanto, procurou legitimar esse poder absoluto, daí a razão pela qual vários teóricos procuraram exaltar o regime, ao mesmo tempo que davam base legal à sua existência. Os principais teóricos do absolutismo foram:

Maquiavel – Autor de *O Príncipe*, escrito em 1513, é considerado como um dos primeiros teóricos do poder real. Considerava que o rei tinha de ser racional em busca dos interesses do Estado, o que justificava a utilização, às vezes, da violência. Daí a frase famosa: “Os fins justificam os meios”.



Thomas Hobbes

Jean Bodin – Acreditava que o Estado era uma extensão da família, era o corpo político por excelência e detentor da soberania. Para Bodin, o direito do rei não é proveniente de Deus, estando ligado a Ele apenas porque a fundamentação da autoridade é a ordem racional, e a natureza e a razão humanas são criações divinas.

Thomas Hobbes – Autor de *Leviatã*, considerava que o Estado deveria assumir proporções monstruosas: afirmava que, inicialmente, a sociedade vivia em estado natural de completa anarquia e que os indivíduos formaram o estado civil para se proteger contra a violência. Só assim o poder do soberano era ilimitado, porque fora fruto do consentimento espontâneo.

Jacques Bossuet – Defendia o poder do “direito divino dos reis” acreditando que, se a monarquia fora instituída por Deus, o homem deveria aceitá-la. Assim, ao falar do monarca, Bossuet afirmava que “todo Estado está nele, a vontade do povo está encerrada na sua; como em Deus está reunida toda a perfeição e toda a virtude, assim todo o poder dos particulares está reunido no rei.”

3. O Absolutismo na Inglaterra

O absolutismo firmou-se na Inglaterra após a Guerra das Duas Rosas, a partir da ascensão de Henrique Tudor ao trono, com o título de Henrique VII.

3.1. A Dinastia Tudor

Com a morte de Henrique VII, subiu ao trono seu filho Henrique VIII.

Henrique VIII conseguiu impor sua autoridade sobre os nobres, graças ao apoio dado pela burguesia mercantil, interessada na expansão comercial. A luta contra a Igreja Católica permitiu-lhe assumir o controle das propriedades eclesiásticas na Inglaterra, aumentando ainda mais o Tesouro Real. Seu poder político ficou ainda maior quando assumiu o poder religioso após decretar o Ato da Supremacia, tornando-se chefe da Igreja Anglicana.

Com a sua morte, subiu ao trono Elizabeth I, filha de Henrique VIII com Ana Bolena.

Elizabeth I realizou um longo governo, um dos mais longos da Inglaterra, de 1558 a 1603. Implantou definitivamente a religião anglicana na Inglaterra, aliou-se à burguesia mercantil e fez oposição decisiva contra a Espanha. Favoreceu as companhias monopolistas inglesas, desenvolveu o comércio e as manufaturas. Esse desenvolvimento comercial e manufatureiro levou a Inglaterra a ter que lutar com a Espanha pelo monopólio das rotas marítimas.



Ao consolidar o anglicanismo, Elizabeth I reforçou o poder do Estado inglês.

Em 1558, Filipe II da Espanha organizou a Invencível Armada para conquistar a Inglaterra, única maneira de evitar o avanço inglês nas rotas marítimas espanholas, como também as pilhagens feitas pelos corsários ingleses a serviço de Elizabeth I. Entretanto, a Invencível Armada foi derrotada e, a partir dessa vitória, a Inglaterra começou a se tornar uma das principais potências marítimas e comerciais, enquanto a Espanha entrou em rápido processo de decadência.

Como nunca se casou, Elizabeth I, ao morrer, não deixou herdeiros diretos à Coroa inglesa.

Assim, sobe ao trono a dinastia Stuart.

3.2. A Dinastia Stuart

Durante o século XVI, o absolutismo implantado na Inglaterra, representado por Henrique VIII e Elizabeth I, atendia aos interesses da burguesia, que precisava do poder real forte para suplantiar a nobreza e garantir a expansão comercial e marítima. Depois de realizados esses objetivos, o poder absoluto tornou-se não só desnecessário, como indesejável para a burguesia, pois o poder real, representado agora pela dinastia Stuart, acabara se ligando novamente aos nobres, ficando mais poderoso do que a própria burguesia, e isso atrapalhava seus projetos de controlar o Estado na defesa de seus interesses.

Por outro lado, a dinastia Stuart tentou reimplantar o catolicismo na Inglaterra, pois era uma forma de justificar seu absolutismo através do “direito divino dos reis”, o que também desgostou a burguesia.

Nesse contexto é que sobe ao trono Jaime I.

Jaime I sucedeu Elizabeth I, como herdeiro mais próximo – era primo de Elizabeth I e rei da Escócia.

Sua política fiscal e tributária violava abertamente a Magna Carta, o que desencadeou violenta oposição do Parlamento.

Com sua morte subiu ao trono seu filho Carlos I.

Carlos I – Em 1628, para votar a aprovação de novos impostos, o Parlamento exigiu que assinasse a Petição dos Direitos, que garantia aos cidadãos o não pagamento de tributos ilegais e as detenções arbitrárias. Fundamentalmente, a Petição dos Direitos reafirmava os princípios contidos na Magna Carta. Logo depois, Carlos I dissolveu o Parlamento e, durante seu recesso, o rei voltou a cobrar o *ship money*, velho tributo medieval, provocando ferrenha oposição da população urbana, fator importante que contribuiu para a eclosão da guerra civil.

A guerra civil, que opôs politicamente o Parlamento à realeza, assumiu o caráter de uma guerra religiosa, mas na verdade era



uma intensa luta de classes entre a nobreza conservadora e a burguesia.

De um lado, cerraram fileiras em torno do rei a nobreza e os católicos ingleses e irlandeses, inimigos dos protestantes calvinistas.

Os aliados de Carlos I ficaram conhecidos como cavaleiros, enquanto os adeptos do Parlamento eram conhecidos como cabeças-redondas.

Em 1645, os cabeças-redondas, liderados por Oliver Cromwell, derrotaram os cavaleiros na batalha de Naseby, aprisionaram e executaram Carlos I.

3.3. A República Puritana de Cromwell

A república inglesa foi governada por Oliver Cromwell, chefe dos cabeças-redondas, e apoiava-se no exército e no Parlamento, composto de puritanos calvinistas ingleses.

Ainda em 1649, o exército de Cromwell reprimiu com inusitada violência a rebelião católica na Irlanda, culminando no confisco das terras dos católicos irlandeses e sua doação a colonos protestantes ingleses, desencadeando a Questão da Irlanda, em que a luta religiosa encobriu as reais motivações econômicas e políticas de uma guerra que se prolongou até recentemente.

Em 1651, Cromwell editou os Atos de Navegação, que seriam os instrumentos da consolidação da supremacia britânica nos mares. Pelos Atos de Navegação somente navios ingleses poderiam realizar o transporte de mercadorias procedentes da Inglaterra ou a ela destinadas. Os Atos feriram os interesses da Holanda, detentora, naquela época, da hegemonia naval, gerando, dessa forma, a Guerra Naval Anglo-Holandesa, em 1652. A vitória da Inglaterra em 1654 assinalou o declínio da supremacia holandesa e a ascensão da hegemonia naval inglesa, que seria mantida até a Primeira Guerra Mundial. A derrota holandesa exerceu também considerável influência na expulsão dos holandeses do Brasil em 1654.

Em 1653, durante a guerra com a Holanda, Cromwell dissolveu o Parlamento e, apoiado pelo exército, instaurou uma ditadura pessoal, recebendo o título vitalício de *Lord Protector*. A ditadura de Cromwell, além de contar com o respaldo militar, foi apoiada pela burguesia, que renunciou às suas prerrogativas políticas em favor de um governo pessoal que correspondia aos interesses econômicos.

Com sua morte, em 1658, seu filho Ricardo assumiu o poder, entretanto não conseguiu o apoio do exército nem da burguesia, sendo obrigado a renunciar. Em 1660, a república foi suprimida e restaurada a monarquia com os Stuarts.



Oliver Cromwell liderou o único período republicano da Inglaterra e promulgou os Atos de Navegação.

3.4. A Restauração Stuart e a Revolução Gloriosa

O Parlamento inglês, reconvocato em 1660 e dominado pelos anglicanos, restaurou a monarquia e ofereceu a coroa ao filho de Carlos I, que subiu ao trono como Carlos II.

Carlos II – Sua política externa e religiosa voltou a criar atritos com o Parlamento.

Em 1679, o Parlamento votou o Ato da Exclusão, pelo qual os católicos eram excluídos de todos os cargos públicos. O Ato da Exclusão gerou o impasse na sucessão ao trono por Jaime Stuart, irmão do rei e católico, acarretando a divisão do Parlamento em dois

partidos: os *Tories*, minoria de tendência conservadora, defensora da monarquia absoluta e partidária dos Stuarts, e os *Whigs*, burgueses de tendência liberal, adversários do absolutismo e partidários de uma monarquia controlada pelo Parlamento.

Com a morte de Carlos II em 1675, subiu ao trono seu irmão Jaime II.

Jaime II – Católico e de tendências absolutistas, passou a desenvolver uma política pró-católica, despertando violenta oposição do Parlamento. Entretanto, como suas duas filhas eram protestantes, esperava-se que, com sua morte, a coroa fosse herdada pela sua filha mais velha, casada com Guilherme de Orange.

Contudo, em 1688, a segunda esposa de Jaime II, como ele também adepto do catolicismo, deu-lhe um filho homem. Este, por linha de sucessão, era o herdeiro direto ao trono e, sendo filho de pais católicos, seria educado dentro da concepção católica, com todas as conseqüências políticas de tal educação para os setores protestantes da Inglaterra.

Esse acontecimento veio precipitar a Revolução Gloriosa. O Parlamento entrou em contato com Guilherme de Orange, oferecendo-lhe a coroa da Inglaterra em troca da deposição de Jaime II e da manutenção da “religião protestante e de um Parlamento livre”.



Guilherme de Orange, genro de Jaime II

Já no poder, Guilherme de Orange assumiu com o título de Guilherme III, jurando em 1689 a Declaração dos Direitos. Por ela, substituía-se a monarquia absoluta por uma monarquia constitucional, com base na supremacia do Parlamento sobre a realeza, como também lhe assegurava a aprovação de impostos, o princípio da divisão do poder, a liberdade individual e a propriedade privada.

4. O Absolutismo Francês

O país europeu no qual o absolutismo atingiu sua maior intensidade e vigor foi a França, sendo a dinastia dos Bourbon responsável por seu estabelecimento. No processo de consolidação do Absolutismo Francês, foi muito relevante a colaboração de ministros, como: Sully, Richelieu, Mazarino e Colbert.

Henrique IV, logo que assumiu o trono, designou como ministro o Duque de Sully. Foi um período marcado pelo desenvolvimento da manufatura e do comércio francês. Para pôr fim às guerras religiosas (católicos X protestantes) que assolavam a França, o rei firmou o Edito de Nantes (1598), concedendo liberdade religiosa e igualdade política aos protestantes.

Com a morte de Henrique IV, o trono francês foi ocupado por seu filho Luís XIII. Tendo na época apenas nove anos de idade, sua mãe, Maria de Médicis, tornou-se a regente, reafirmando o caráter absolutista do Estado francês ao suprimir a Assembléia dos Estados Gerais (1614).

No ano de 1624, o cardeal Richelieu foi nomeado primeiro-ministro do reino. Toda a sua administração estava voltada para aumentar o prestígio francês e fortalecer o poder real. Para tal, estabeleceu uma política rígida e austera, que lhe permitiu o controle sobre os inquietos protestantes e a submissão da nobreza à Monarquia.

Quando, em 1643, Luís XIV assumiu o trono, teve como regente sua mãe Ana D'Áustria. Esta, por sua vez, indicou para primeiro-mi-



nistro o cardeal Mazarino. Este manteve o perfil político do governo anterior e conseguiu uma importante vitória sobre a Fronda Parlamentar. Esse movimento organizado pelo Parlamento tentou questionar a autoridade e o poder real.

Após a morte de Mazarino, em 1664, Luís XIV assumiu pessoalmente a responsabilidade do governo, sem compartilhar sua autoridade real. Podemos destacar a ajuda de seu ministro das finanças, Jean Baptiste Colbert, o artífice da política econômica imposta pelo "Rei Sol". Colbert sustentava que a riqueza da França dependia da quantidade de metais preciosos que ela pudesse acumular. Para tal, deu grande estímulo à manufatura francesa (luxo) e à necessidade de manter a balança comercial favorável (superávit).

No plano político, o governo de Luís XIV foi marcado por diversas realizações, tais como: proteção à cultura; construção do Palácio de Versalhes, visando à domesticação política da nobreza; revogação do Editto de Nantes e envolvimento da França em várias guerras, buscando o prestígio político-militar externo.

Os sucessores de Luís XIV não possuíam o gênio político de seus antecessores. Luís XV e Luís XVI governaram a França de maneira despótica e enfraqueceram política e economicamente o Estado, acentuando os problemas de miséria e fome da população que, somados a outros fatores de ordem conjuntural e estrutural, conduziram à revolução e à ascensão da burguesia no final do século XVIII.

Exercícios Resolvidos

01. Defina o que se entende por absolutismo monárquico?

Resposta

O absolutismo monárquico era a centralização da administração e da política nas mãos do rei, que detinha poderes ilimitados.

02. Cite os principais teóricos absolutistas e seus princípios?

Resposta

Nicolau Maquiavel defendia a necessidade do absolutismo para manter o Estado forte; Thomas Hobbes justificava o regime absolutista, afirmando ser necessário para manter a segurança entre os indivíduos e para preservar a paz social; Jean Bodin e Hugo Grotius procuravam legitimar os monarcas absolutos; Jacques Bossuet desenvolveu a "Teoria do direito divino", pela qual os reis poderiam governar como quisessem por serem os "representantes de Deus".

03. Quais os principais soberanos da dinastia Tudor na Inglaterra? Que fizeram eles para centralizar o poder?

Resposta

Os principais soberanos da dinastia Tudor na Inglaterra foram Henrique VIII e Elizabeth I. Henrique VIII se impôs aos nobres e apoiou a burguesia, confiscou terras e bens da Igreja Católica e criou a religião anglicana, dirigida pelo rei. Elizabeth I organizou a Igreja Anglicana e liderou a expansão marítima e comercial da Inglaterra.

04. (Mackenzie-SP) (...) Mercantilismo significa a transferência do afã de lucro capitalista à política.

Max Weber

Disso conclui-se que:

a) na formação dos Estados nacionais, não se incorporou o típico lucro capitalista à política.

b) havia uma incompatibilidade entre o lucro capitalista e o poder político.

c) o objetivo fundamental do mercantilismo era a tomada do poder político.

d) o mercantilismo não apoiava a interferência do Estado na economia.

e) para fortalecer o Estado nacional, os governos passam a interferir na vida econômica com objetivos de lucro.

Resposta: E

O mercantilismo é o absolutismo na economia, buscando o fortalecimento do Estado por meio do desenvolvimento do capitalismo.

05. (Unifesp-SP) *Nas outras monarquias da Europa, procura-se ganhar a benevolência do rei; na Inglaterra, o rei procura ganhar a benevolência [da Câmara] dos Comuns.*

Alexandre Deleyre. *Tableau de l'Europe*. 1774

Essa diferença entre a monarquia inglesa e as do continente deve-se:

a) ao rei Jorge III que, acometido por um longo período de loucura, tornou-se dependente do Parlamento para governar.

b) ao fato de a casa de Hannover, por sua origem alemã, gozar de pouca legitimidade para impor aos ingleses o despotismo esclarecido.

c) ao início da rebelião das colônias inglesas da América do Norte contra o monarca, que o obrigou a fazer concessões.

d) à peculiaridade da evolução política inglesa, a qual, graças à Magna Carta, não passou pela fase da monarquia brasileira.

e) às revoluções políticas de 1640 (Puritana) e 1688 (Gloriosa), que retiraram do rei o poder de se sobrepor ao Parlamento.

Resposta: E

As Revoluções Puritana e Gloriosa, na Inglaterra, possibilitaram o advento da monarquia constitucional e parlamentar, acabando com o absolutismo.

06. (Vunesp-SP) O Ato de Navegação de 1651 teve importância e conseqüências consideráveis na história da Inglaterra porque:

a) favoreceu a Holanda, que obtinha grandes lucros com o comércio inglês.

b) Oliver Cromwell dissolveu o Parlamento e se tornou ditador.

c) contribuiu para aumentar o poder e favorecer a supremacia marítima inglesa no mundo.

d) considerava o trabalho como a verdadeira fonte da riqueza nacional.

e) abolia todas as práticas protecionistas.

Resposta: C

O Ato de Navegação (1651) marcou o início do fortalecimento e a futura supremacia marítima da Inglaterra.

07. (Cesgranrio-RJ) *L'État c'est moi.*

“O Estado sou eu”, frase atribuída ao rei francês Luís XIV, expressava o grau de centralização de poderes típico dos Estados absolutistas europeus da época moderna. Esta forma de organização política, a monarquia absoluta, em que se destacava a figura do príncipe, correspondeu às necessidades de uma sociedade em transição do feudalismo para o capitalismo. Assinale a alternativa que melhor expresse o papel da monarquia absoluta:

a) permitir a união entre o poder temporal e o espiritual.

b) debilitar a nobreza, ao apoiar-se fundamentalmente nos setores da nascente burguesia industrial.

c) atender aos anseios do grupo mercantil em expansão, articulando-os aos interesses da aristocracia dominante.

d) aprofundar a antiga oposição entre grupos mercantis (setores urbanos) e nobres (setores agrários).

e) eliminar as freqüentes revoltas camponesas.

Resposta: C

O absolutismo foi resultado de uma série de fatores que marcaram a transição feudo-capitalista, destacando-se a aliança do rei com a burguesia e, ao mesmo tempo, colocando a nobreza ao seu lado para os contrapor às pressões da burguesia.

5. Iluminismo e Despotismo “Esclarecido”

Por volta do final do século XVII, nascia na Inglaterra um movimento intelectual que passou para a História como Iluminismo ou Ilustração. Esse movimento atingiu seu maior esplendor na França do século XVIII. As idéias propostas pelos pensadores iluministas influenciaram a burguesia em ascensão, pois criticavam as instituições do Antigo Regime e estimulavam as mudanças,



preparando o caminho para o movimento revolucionário burguês.

Nas suas origens, o movimento iluminista teve forte inspiração na chamada "revolução científica" do século XVII. Nesse período, ocorreu um grande desenvolvimento na ciência e na filosofia, com um interesse cada vez maior pelo método experimental. Nesse contexto, observamos o progresso do pensamento racional e de ciências como a Química, a Física, a Matemática ...

O filósofo e matemático francês René Descartes (1596-1650), autor das obras *Meditações Metafísicas* e *Discurso sobre o Método*, é considerado o iniciador da doutrina racionalista moderna, assim como do método racional.

Vários filósofos aplicaram o método racional de Descartes à reflexão político-religiosa, tendo como prioridade maior a valorização da razão e do progresso humano.

Pensadores e cientistas como Francis Bacon (1561-1626), John Locke (1632-1704) e Isaac Newton (1642-1717) são exemplos dessa revolução científica que procurou emancipar o homem do pensamento teológico e do metafísico.

Os filósofos iluministas buscavam, por meio de suas idéias, transformar a ordem social vigente no Antigo Regime. Para isso, defendiam: o fim do intervencionismo estatal na economia, propondo a liberdade comercial e o fim dos monopólios; a adoção de um sistema constitucional, criticando o Estado absolutista, o princípio do Direito Divino dos Monarcas e propondo a limitação do poder real; o fim dos privilégios de classe (nobreza e alto clero), base de sustentação do Antigo Regime.

O movimento iluminista tinha, portanto, como alvo principal de suas críticas, o Antigo Regime. Foi durante o século XVIII, conhecido como "Época das Luzes", que os maiores expoentes surgiram. Entre eles, destacamos:

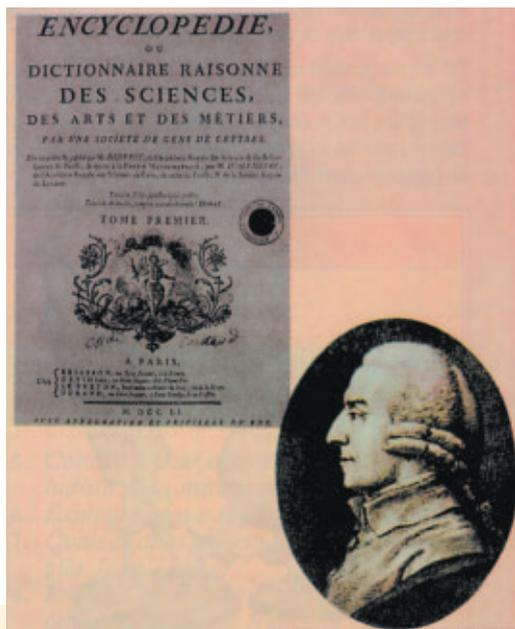
John Locke (1632-1704), filósofo inglês, que defendia, no plano político, a teoria da soberania limitada dos reis. Afirmava que os homens viviam, nas suas origens, em um "Estado Natural", onde cada um, por sua conta, defendia

sua vida, liberdade e propriedade ("direitos naturais"). Ao longo do processo histórico das sociedades humanas, tornou-se necessário organizar a sociedade dentro de um Estado; entretanto, Locke apontava na sua teoria a necessidade de limitar os poderes dos governantes e da ação do Estado. Suas principais obras foram: *Segundo tratado sobre o governo*, *Carta acerca da tolerância* e *Ensaio acerca do entendimento humano*.

Jean-Jacques **Rousseau** (1712-1778), filósofo francês, que fundamentou todo seu pensamento ou doutrina política e social na idéia de um pacto entre os homens. Conhecido como o "Pai da Democracia", pregou a busca de um Estado baseado na soberania popular. Defendia que a verdadeira função do Estado era agir de acordo com a vontade da maioria, formada por cidadãos que, ao firmar o pacto ("contrato social"), submetiam os seus direitos naturais à comunidade. Dentre suas obras, podemos destacar *O contrato social* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade humana*.

Charles de Secondat, Barão de **Montesquieu** (1689-1755), um dos teóricos que defendeu a limitação do poder dos reis. Influenciado pelos efeitos das Revoluções Inglesas do século XVII e pelo pensamento político de Locke, difundiu as instituições parlamentares da Inglaterra na obra *Cartas persas*. Defensor da monarquia constitucional, fundamentou seu pensamento político na teoria dos "Freios e Contrapesos", em que propunha a divisão dos poderes em Legislativo, Judiciário e Executivo. Suas principais obras foram *O espírito das leis* e *Cartas persas*.

François-Marie Arouet – **Voltaire** (1694-1778), escritor que difundiu os princípios da filosofia racionalista e as teorias mais avançadas acerca da vida política. Foi um dos mais combativos pensadores iluministas, defendendo a liberdade de expressão, manifestando com forte ironia seu desprezo à opressão e aos abusos do poder, em especial da Igreja. Suas principais obras foram: *Dicionário filosófico*, *Cartas inglesas* e *Cândido*.



Capa do primeiro volume da *Enciclopédia*, editada em 1751; e abaixo, Adam Smith, economista liberal inglês, influenciado pela fisiocracia francesa.

Por volta da metade do século XVIII, foi publicada a *Enciclopédia*, obra que reunia o conjunto do pensamento e conhecimentos da época. Essa obra teve fundamental importância na difusão das idéias iluministas.

A organização dessa extensa obra ficou a cargo de Diderot e D'Alembert, que publicaram seus volumes entre os anos de 1751 a 1766. A *Enciclopédia* enfrentou férrea oposição do Estado e da Igreja, pois seus verbetes estavam carregados de críticas às estruturas do Antigo Regime.

No plano econômico, os economistas do Iluminismo defendiam o fim do mercantilismo, do intervencionismo e da tutela do Estado sobre a economia.

Os fisiocratas ou agrarianistas foram os primeiros pensadores da "Época das Luzes" a propor mudanças na economia. Suas principais propostas eram que a economia funcionasse por suas próprias leis; a terra era a base e fonte de toda a riqueza de uma nação, e a indústria e o comércio apenas transformavam ou promoviam a circulação da riqueza natural. Seus maio-

res representantes foram Quesnay (1694-1774), Gournay (1712-1759) e Turgot (1727-1781), defensores do fim das barreiras alfandegárias, das regulamentações e corporações. Sua pregação se perpetuou com o lema: "Laissez faire, laissez passer..." ("Deixai fazer, deixai passar...").

Posteriormente, Adam Smith (1723-1790) buscou sintetizar a análise econômica por intermédio de demonstrações e elaboração de princípios básicos da economia, ciência moderna. Smith concordava com a crítica dos fisiocratas ao mercantilismo e suas restrições à economia do livre comércio. Pregava que, com a livre concorrência, a divisão do trabalho e a liberdade comercial, atingir-se-ia a fraternidade e a justiça social. Porém, ao contrário dos fisiocratas, considerava o trabalho, e não a terra, a fonte maior de riquezas. Suas idéias ficaram conhecidas como liberalismo econômico e foram perpetuadas pela sua obra *Riqueza das nações*.

David Ricardo (1772-1823), com a obra *Princípios de Economia política e tributária*, e Robert Malthus (1766-1843), com a obra *Ensaio sobre a população*, também foram importantes expoentes da Escola Clássica ou Industrialista.

Na segunda metade do século XVIII, alguns reis absolutistas, diretamente ou por meio de seus ministros, influenciados por idéias iluministas, colocaram em prática uma política de caráter reformista, visando a adaptar e modernizar seus respectivos Estados. Essa política ficou conhecida como despotismo esclarecido e tinha como objetivos gerais a racionalização da administração, a organização da arrecadação e taxação de tributos e o estímulo à cultura e à educação.

Com o tempo, a tentativa de conciliar o Estado absolutista com os princípios iluministas, cujas idéias eram essencialmente antiabsolutistas, tornou evidentes tais contradições. Em particular nos Estados absolutistas onde existiam privilégios e vestígios feudais (nobreza), como na Prússia e Rússia, os déspotas esclarecidos acabaram por restringir e até mesmo anular as medidas reformistas.

Os principais expoentes do despotismo esclarecido foram: José II (1780-1790), da Áustria; Catarina II (1762-1796), da Rússia; Frederico II (1740-1786), da Prússia; Marquês de Pombal, ministro de José I (1750-1777), de Portugal; e o Conde Aranda, ministro de Carlos III da Espanha.

Exercícios Resolvidos

01. O que foi o movimento iluminista?

Resposta

O iluminismo foi um movimento cultural surgido na Inglaterra, Holanda e França que pregava idéias de liberdade política e econômica, defendidas pelos burgueses.

02. Quais foram as principais idéias do pensador iluminista inglês John Locke?

Resposta

John Locke defendia a teoria do governo limitado, pela qual os homens escolhiam seus governantes para que eles lhes garantissem alguns direitos naturais, podendo ser substituídos caso abusassem do poder. Este pensador inglês afirmava também que todos os indivíduos nascem iguais, sem valores ou idéias pré-concebidas.

03. Em que ponto Rousseau diferenciava-se dos outros pensadores franceses do século XVIII?

Resposta

Ao contrário de seus contemporâneos, Rousseau criticava a burguesia e a propriedade privada.

04. Sobre o pensamento liberal-iluminista, responda às questões abaixo.

a) Quais as escolas econômicas surgidas durante o Iluminismo?

b) Defina o despotismo “esclarecido”.

Resposta

*a) As escolas econômicas adequadas ao Iluminismo foram a dos **fisiocratas**, que acreditavam que a riqueza de uma nação provém da agricultura, ou seja, da natureza, e que era desnecessária a intervenção do Estado na economia, e a do **liberalismo econômico**, influenciado pelos fisiocratas.*

b) Despotismo esclarecido é a mescla do absolutismo e do iluminismo: os que o exerciam diziam-se servidores da coletividade, pois seu poder absoluto não teria “origem divina”, mas seria resultado das necessidades sociais.

Capítulo 06. Independência dos Estados Unidos

A independência dos Estados Unidos deve ser entendida como elemento integrante das contradições geradas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, agora em sua fase industrial e as instituições do Antigo Regime. O absolutismo e o mercantilismo, especialmente um de seus pressupostos, o pacto colonial, estavam sendo criticados pela burguesia ascendente na Europa por meio do movimento denominado Iluminismo; os filósofos e os economistas criticavam severamente os entraves colocados pelo Antigo Regime ao livre desenvolvimento das forças produtivas. É nesse contexto de contradições que os colonos americanos, incentivados pelas idéias iluministas, passaram a lutar contra a opressão mercantilista colocada em prática pela Inglaterra.



Comércio entre colonos e indígenas. Durante mais de um século, as colônias inglesas viveram com relativa autonomia política e econômica, reflexo da “negligência salutar”.

1. Os Fatores da Independência

Podemos considerar como os principais fatores da independência das treze colônias inglesas na América: a fácil penetração das idéias liberais do Iluminismo, a Guerra dos Sete Anos e as tentativas da Inglaterra

de fortalecer o mercantilismo. Como as colônias foram povoadas por indivíduos que fugiam da falta de liberdade política e religiosa que reinou durante algum tempo na Inglaterra e em outras regiões da Europa, o espírito do colono norte-americano era contrário a qualquer tipo de imposição ou proibição. Durante algum tempo, a Inglaterra não fez valer as práticas mercantilistas sobre as colônias como também não se preocupou muito com sua situação, voltando-se muito mais para outras regiões do mundo. Assim, os colonos norte-americanos gozaram por este período de relativa autonomia em relação à metrópole, o que provocou um certo clima de liberdade.



Comércio Triangular das colônias inglesas na Nova Inglaterra, possibilitando grande acumulação de capitais.

Após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) contra a França, a Inglaterra viu-se desgastada financeiramente e, para recuperar o que havia gasto na guerra, resolveu taxar as colônias americanas. Promulgou a Lei do Açúcar e do Melaço, em 1764, que ordenava a captura dos navios que desrespeitassem o pagamento de uma taxa sobre cada galão de melaço. O desconten-

tamento dos colonos aumentou ainda mais quando foi promulgada a Lei do Selo, em 1765, que exigia a selagem em documentos legais, contratos, jornais, livros e licenças. Os colonos protestaram argumentando que era um imposto interno e não externo, como era costume, e que fora um Parlamento, no qual não tinham representação, que votara a lei. Os colonos protestaram, declarando-se, porém, fiéis à Inglaterra e passaram a boicotar o comércio inglês em represália à Lei do Selo, conseguindo sua revogação.

Em 1767, com a ascensão de Charles Townshend ao cargo de primeiro-ministro, representante dos interesses dos comerciantes ingleses, foram baixadas as Leis Townshend, que se baseavam no princípio de que se os colonos não queriam pagar os impostos internos, então que pagassem os impostos externos. Novamente, os colonos americanos passaram a boicotar os produtos ingleses, conseguindo a abolição das Leis Townshend. Entretanto, a Inglaterra, em lugar das leis revogadas, baixou a Lei do Chá. Essa lei dava o monopólio do comércio do chá à Companhia das Índias Orientais, onde vários políticos ingleses tinham interesses econômicos. Assim, os colonos que faziam o transporte do chá diretamente das Índias para as colônias foram eliminados do comércio.

A Lei do Chá provocou o *Boston Tea Party*: em dezembro de 1773, um grupo de colonos disfarçados de índios lançou ao mar mais de 300 caixas de chá enviadas pela Companhia das Índias Orientais, e que se achavam a bordo de navios ingleses. Como represália, o rei Jorge III promulgou as Leis Intoleráveis, que determinavam, entre outros aspectos, a nomeação do general Gage, comandante militar inglês da região, como novo governador; o porto de Boston ficaria interdito até o pagamento da indenização pelo chá jogado ao mar e estendia a fronteira do Canadá, fechando, conseqüentemente, o acesso dos colonos americanos ao noroeste do continente.

Opondo-se frontalmente às Leis Intoleráveis, os colonos americanos reuniram-se no Primeiro Congresso de Filadélfia, em 1774, no qual proclamaram a igualdade de direitos entre eles e os ingleses da metrópole. As tropas inglesas, tomando conhecimento de que os colonos estavam armazenando armas em depósitos perto de Boston, resolveram prender os responsáveis e apoderar-se do armamento, o que provocou pequenos choques armados, com a morte de alguns ingleses. Isto foi o estopim para o início da Guerra da Independência.

2. A Guerra da Independência

Em abril de 1775, os colonos americanos resolveram reunir-se outra vez, apresentando agora um novo caráter: a separação definitiva entre as colônias e a Inglaterra; o Segundo Congresso de Filadélfia nomeou George Washington como comandante das forças americanas e Thomas Jefferson ficou encarregado de redigir a Declaração de Independência, que também continha uma Declaração dos Direitos Humanos. Esse documento foi promulgado e publicado em 4 de julho de 1776, tendo a colaboração de John Dickinson, Samuel Adams, Roger Sherman e outros.



Elaboração da Declaração da Independência, durante o Segundo Congresso da Filadélfia, em 4 de julho de 1776.

A tomada do Forte Ticonderoga, ainda em 1775, pelos colonos americanos, marcou o início da Guerra da Independência contra os ingleses. Em outubro de 1777, os americanos obtiveram uma grande vitória em Saratoga, o que permitiu a Benjamin Franklin conseguir o apoio da França e da Espanha na luta contra os ingleses. O marquês de La Fayette e o general Rochambeau desembarcaram nas colônias liderando seis mil soldados a fim de ajudar os colonos em sua luta contra os ingleses. A França e a Espanha ajudaram os colonos com o intuito de enfraquecer a poderosa Inglaterra, que tinha a supremacia econômica e política em quase todo o mundo, graças à sua marinha que ocupava os sete mares.

Em Yorktown, a 17 de outubro de 1781, os ingleses foram definitivamente derrotados. Com o tratado de Versalhes, feito em 1783, ficava reconhecida a independência dos Estados Unidos: a Inglaterra cedia à França o Senegal e algumas ilhas das Antilhas, e a Espanha recebia a Ilha de Minorca e a região da Flórida.

3. O Surgimento dos Estados Unidos da América

Finalmente em 1787 foi promulgada a primeira Constituição dos Estados Unidos. Determinava o regime republicano presidencialista e a divisão de poderes, denotando a influência da teoria de Montesquieu. Nessa Constituição mantiveram-se algumas restrições como, por exemplo, o voto censitário (uma vez que para se obter o direito de voto era necessário possuir alguma propriedade) e a escravidão. Isso reflete a hegemonia política dos latifundiários do Sul após o processo de independência.

Exercícios Resolvidos

01. (Cesgranrio-RJ) O processo de Independência das treze colônias inglesas da América do Norte, origem dos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XVIII, articula-se às demais questões então em curso na Europa Ocidental, com exceção de uma. Assinale-a.

a) O conflito colonial e comercial entre a França e a Inglaterra, particularmente grave nas respectivas colônias da América do Norte.

b) A difusão das idéias liberais, ligadas ao Iluminismo, hostis à dominação e à exploração exercidas pelas metrópoles sobre suas colônias, especialmente o pacto colonial.

c) O desenvolvimento acelerado do capitalismo na Inglaterra, favorecendo os segmentos políticos e sociais hostis ao protecionismo mercantilista.

d) A ampla divulgação das idéias fisiocráticas, favoráveis às restrições adotadas pelas autoridades inglesas contra as relativas isenções fiscais e a autonomia político-administrativa das colônias norteamericanas.

e) A influência das idéias políticas e sociais, especialmente as obras de J. Locke e de Montesquieu, contrárias ao absolutismo e aos privilégios do Antigo Regime.

Resposta: D

02. Apesar do forte conteúdo democrático no processo de independência dos Estados Unidos, manteve-se o trabalho escravo. Explique essa contradição.

Resposta

A escravidão foi mantida em virtude dos interesses econômicos dos líderes da independência, ou seja, eram latifundiários escravagistas. O escravo era visto como propriedade, daí sua preservação.

Capítulo 07. Revolução Industrial

Por volta da segunda metade do século XVIII, teve início, na Inglaterra, um processo de desenvolvimento industrial que se convencionou chamar de Revolução Industrial. Esse conjunto acelerado de transformações não deve ser compreendido apenas como uma revolução técnica, mas, sobretudo, como o estabelecimento definitivo do modo de produção capitalista.

A Revolução Industrial foi a etapa de complementação do processo de transição, pois marcou o momento final do processo de expropriação dos produtores diretos (artesãos e pequenos proprietários), a partir daí transformados em trabalhadores assalariados (proletariado).

A burguesia passou à condição de classe detentora dos meios de produção (máquinas).

1. Fatores

Os fatores ou condições para a eclosão da Revolução Industrial foram resultantes das transformações ocorridas ao longo da Idade Moderna.

A acumulação de capital, gerada a partir do desenvolvimento mercantil e da exploração dos mercados coloniais, promoveu na Europa Moderna, e em especial na Inglaterra, a formação de uma rica burguesia interessada na intensificação dos investimentos no setor de produção.

A existência de matérias-primas, caso, por exemplo, do algodão produzido na América, incentivou o aprimoramento do sistema maquinofatureiro, direcionado para a produção de artigos de consumo de massa.

Dentro do processo de formação do sistema fabril, foi fator fundamental a formação de um contingente de mão-de-obra disponível. Esse grupo de trabalhadores foi gerado a partir da expropriação das terras e das formas artesanais de produção, que resultaram no forte processo de urbanização e proletarização da massa.

Outro fator de importância no processo

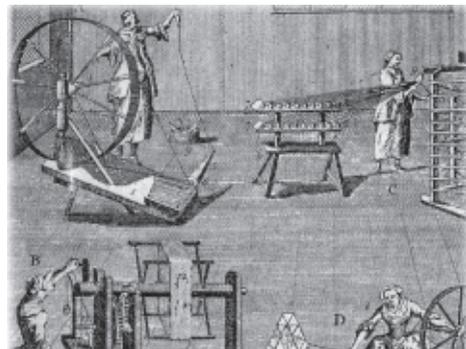
da revolução foi a existência de mercados consumidores. Gerados desde a Revolução Comercial, foram condição básica para o desenvolvimento fabril, pois contribuíram para a reprodução do sistema e crescimento da produção que, nesse momento, passou a determinar com seu ritmo a ampliação dos mercados consumidores.

O berço da Revolução Industrial foi a Inglaterra, pois esta nação se enquadrava por excelência nas condições descritas anteriormente.

Além das condições gerais descritas, outros fatores influenciaram o pioneirismo inglês. A Revolução Inglesa do século XVII, ao permitir à burguesia e a setores da *gentry* alcançar o poder político, possibilitou a derrubada dos vestígios e entraves feudais que persistiam na sociedade e economia inglesas.

Os cercamentos intensificaram-se, promovendo e garantindo a plena propriedade capitalista no campo, e provocaram um grande êxodo rural em direção aos centros urbanos, onde crescia a maquinofatura.

Podemos relacionar também os efeitos dos Atos de Navegação, que permitiram aos ingleses o controle, desde o século XVII, de grande parte dos mercados mundiais. Nesse contexto de aumento dos mercados ingleses, ficou evidente o limite da manufatura e a crescente necessidade da mecanização da produção.



Processo pré-industrial de fiação de lã, na Inglaterra.

2. A Evolução Técnica



Máquina de fiar algodão
James Hargreaves, 1764

Máquina de fiar hidráulica
Richard Arkwright, 1768

Máquina a vapor
James Watt, 1776-1782

O primeiro setor em que surgiram modificações que levaram à maquinofatura foi o da produção têxtil. No ano de 1733, John Kay inventou a lançadeira volante, o que permitiu o aumento da capacidade de tecer, produzindo um descompasso técnico, pois a produção da fiação não conseguia atender à demanda.

Esse problema foi resolvido por James Hargreaves, com a criação de uma máquina conhecida como *spinning-jenny*, que acelerou a produção de fios para os teares.

Ocorreu com isso novo descompasso, pois, agora, produziam-se mais fios do que a demanda. A solução surgiu no ano de 1785, com a invenção de E. Cartwright, que criou o primeiro tear mecânico. Essa nova invenção passou a exigir uma nova forma de energia, a qual foi conseguida por James Watt com o aperfeiçoamento da máquina a vapor. Essa solução marcou uma definitiva e básica alteração: a substituição da força humana pela força motriz, inicialmente marcada pela energia do vapor.

Data	Inovação	Características	Inventor
1733	Lançadeira volante	Peça do tear manual que possibilitou fabricar mais rapidamente tecidos mais largos.	John Kay
1767	<i>Spinning jenny</i>	Fiadeira mecânica de pedal, com capacidade para produzir vários fios simultaneamente, mas pouco resistentes.	James Hargreaves
1768	Máquina a vapor	Aperfeiçoamento do aparelho criado por Thomas Newcomen, em 1712, para bombear água do fundo das minas de carvão.	James Watt
1769	<i>Water frame</i>	Máquina movida a água, que produzia fios muito grossos.	Richard Arkwright
1779	<i>Mule</i>	Combinação da <i>spinning jenny</i> com <i>water frame</i> , que resultou na produção de fios finos e resistentes.	Samuel Crompton
1785	Tear mecânico	Processo automático para a fabricação de tecidos, movido a vapor.	Edmund Cartwright
1792	Desencaroçador mecânico	Máquina que separava o caroço da fibra de algodão; fornecia grande quantidade em bruto a preços baixos.	Eli Whitney
1807	Navio a vapor	Imprimiu maior rapidez aos transportes marítimos e fluviais.	Robert Fulton
1814	Locomotiva a vapor	Imprimiu maior rapidez aos transportes terrestres.	George Stephenson



3. A Difusão da Industrialização

A Revolução Industrial, inicialmente, ficou restrita à Inglaterra (século XVIII), mas, ao longo do século XIX, expandiu-se pela Europa e por outras regiões do mundo.

O primeiro país a se industrializar na Europa, utilizando basicamente capitais e técnicas inglesas, foi a Bélgica, a partir de 1830.

A França, por volta de 1850, após a Revolução Francesa e um processo lento de evolução de suas pequenas oficinas e manufaturas, começou o seu processo de industrialização.

No ano de 1870, após concluir seu processo de unificação, a Alemanha introduziu a maquinofatura num processo marcado pela velocidade e liderança do Estado. A Prússia comandou tanto o processo de unificação política como a industrialização alemã (Via Prussiana).

Também, logo após o processo de unificação política, por volta de 1870, teve início, no norte da Itália (Piemonte), o processo italiano de mecanização.

Fora da Europa, a industrialização atingiu os Estados Unidos e o Japão (final do século XIX).

No caso norte-americano, o processo deu-se principalmente após a Guerra de Secessão (1861-65), que integrou o país e permitiu a industrialização, em especial no norte.

O Japão, ao final do século XIX, sob os efeitos da Revolução Meiji, conseguiu a eliminação dos vestígios feudais e, com forte influência do modelo alemão de industrialização, promoveu suas mudanças estruturais.

4. Conseqüências

Os resultados da Revolução Industrial foram estruturais e de grande repercussão em todos os âmbitos da História da civilização moderno-contemporânea. As inovações técnicas promoveram o desenvolvimento da produção em massa e a especialização ou divisão do trabalho.

O capitalismo, até então baseado na circulação de mercadorias e na acumulação primitiva de capitais, seria superado pelo capitalismo in-

dustrial, cujos fundamentos seriam a produção e a prática do liberalismo econômico.

O aumento demográfico deveu-se às transformações nas técnicas agrícolas e à concentração urbana, resultantes do êxodo rural (cercamentos). Nesse contexto, podemos observar a crescente urbanização e o surgimento de novos grupos e problemas sociais.

Dentro dessa nova configuração social, podemos denotar duas classes sociais predominantes: de um lado, a burguesia industrial que passava a ocupar o papel de classe dominante; e, do outro, o proletariado, formado pela massa de trabalhadores assalariados das indústrias (operários). Para a burguesia, houve uma melhoria das condições de vida pelo surgimento de grande quantidade de mercadorias, que permitiram maior conforto (ferrovias, telégrafo, barcos a vapor).

Por seu turno, o proletariado passou a conviver com uma situação dramática, resultante do processo de industrialização. Os artesãos foram expropriados e arruinados pelo novo modelo de produção, sendo conduzidos pela fome e miséria à proletarização. O regime rígido e extremamente disciplinador da fábrica obrigava homens, mulheres e até mesmo crianças a jornadas de trabalho que beiravam as dezoito horas por dia. Sem conforto, sujeitos a baixos salários, sem leis trabalhistas e pouco organizados inicialmente, os trabalhadores sofriam a profunda exploração de um capitalismo "selvagem" fundamentado na "mais valia". Em consequência dos problemas sociais gerados pela Revolução Industrial, começaram a surgir as primeiras Revoltas Operárias.

Em 1811, explodiu um violento movimento liderado por Ned Ludd (movimento ludita), que espalhou o terror nos centros industriais ingleses. Na década de 30 (século XIX) surgiu o movimento *swing*, com intensa agitação nas zonas rurais, associado ao movimento cartista, com forte atuação nos centros urbanos.

A organização do movimento operário progrediu lentamente a partir das *Trade Unions* e do desenvolvimento do pensamento socialista ao longo do século XIX.

Exercícios Resolvidos

01. Sobre a Revolução Industrial e seus fatores geradores, responda às questões abaixo.

a) Qual a importância da acumulação de capitais e do predomínio comercial para a Revolução Industrial da Inglaterra?

b) Explique a importância de existirem recursos naturais (carvão e ferro) na Inglaterra.

Resposta

a) Foi graças à acumulação de capitais e ao predomínio comercial marítimo da Inglaterra que este país se tornou o primeiro da Revolução Industrial.

b) A existência de jazidas de ferro e carvão na Inglaterra – matérias-primas essenciais para a construção de máquinas de ferro e produção de energia a vapor – propiciou o desenvolvimento acelerado e pioneiro da indústria inglesa, concretizando a Revolução Industrial.

02. Quais foram as duas classes sociais mais importantes a partir da Revolução Industrial?

Resposta

As duas mais importantes classes econômicas surgidas a partir da Revolução Industrial foram os proprietários dos meios de produção, os burgueses, e os trabalhadores assalariados, os proletários.

03. Como explicar o surgimento do movimento ludita e do cartista?

Resposta

O movimento ludita e o movimento cartista surgiram no início do processo de industrialização, quando os trabalhadores viviam em condições miseráveis de trabalho e de moradia, o que propiciou o surgimento de movimentos de revolta e de reivindicações que visavam alterar esse quadro.





